Setembro 2012 • Ano 2 • Número 7

TRANSPARÊNCIA

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

Amarras ao desenvolvimento

Excesso de obrigações acessórias encarece a produção e estrangula a iniciativa privada

Conferência Ibracon

Reportagens especiais aprofundam temas relevantes do encontro

Menores, com a força de gigantes

Pequenas e médias são a chave do crescimento

Vem aí o livro *IFRS 2012*

Leia também: Os segredos da auditoria em pequenas empresas

ALUNO E PROFESSOR

O Ibracon quer levar vocês a Nova York

Prêmio Transparência Universitário 2012

- Envie o seu trabalho até 31/10/2012.
- O autor do trabalho vencedor e o Professor Orientador serão premiados com uma viagem cultural com duração de cinco dias a Nova York, para uma visita cultural ao Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados (AICPA) e a uma universidade, na mesma região, que mantenha curso de ciências contábeis.
- Prêmio destinado a estudantes de Ciências Contábeis.

INSCRIÇÕES E REGULAMENTO:

www.ibracon.com.br/universitario

IBRACON

INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

5 Editorial
Dupla satisfação

6 Entrevista
Giancarlo Attolini destaca a força das firmas menores

11 Não ao pregão eletrônico
CFC é contrário a esse tipo de contratação de auditorias

12 Amarras ao desenvolvimento
Obrigações tributárias acessórias oneram a produção

17 Futuro promissor
Economista projeta retomada do crescimento do PIB em 2013

20 Sintonia fina
Notícias da área técnica do Ibracon

22 2ª Conferência do Ibracon
Encontro firma lugar de destaque na agenda da profissão

28 A despedida da presidente da CVM
Maria Helena Santana fala dos avanços de sua gestão

30 Comitês de auditoria
IBGC aponta expansão das boas práticas nas companhias

32 Confiança em alta
RIs ajudam a aprofundar transparência dos investimentos

34 Os segredos da auditoria em pequenas empresas
Entendendo a proporcionalidade na aplicação das ISA

37 Educação Continuada
O valor das parcerias com os CRCs

38 Viagem dos sonhos
Prêmio Transparência supera expectativas dos ganhadores

40 Ibracon finaliza livro *IFRS 2012*
Publicação será lançada em outubro

42 Pingos e respingos
Por dentro do Ibracon

44 Congresso de contabilidade
Ibracon participa do evento realizado pelo CFC no Pará

46 Artigo
Tributação dos lucros no exterior prejudica empresas

48 Perfil: Luciano De Biasi
Um jovem auditor formado na cultura da convergência

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

A Revista Transparência Ibracon
é uma publicação trimestral do
Ibracon – Instituto dos Auditores
Independentes do Brasil
Tiragem: 3 mil exemplares

Rua Maestro Cardim, 1.170, 8º e 9º and.
CEP 01323-001
Bela Vista, São Paulo, SP
Tel/Fax: (11) 3372-1223
www.ibracon.com.br
revistatransparencia@ibracon.com.br

Conselho de Administração
Adeildo Osório de Oliveira
Adelino Dias Pinho
Antônio Carlos de Castro Palácios
Eduardo Augusto Rocha Pocetti
Edmar Sombra Bezerra
Fernando Dantas Alves Filho
Gilberto Bagaiolo Contador
Guy Almeida Andrade
Juarez Lopes de Araújo
Luiz Guilherme Frazão São Pedro
Marcelo de Deus Saweryn
Marco Aurélio Cunha de Almeida
Mário Vieira Lopes
Patrício Marques Roche
Pedro Augusto de Melo
Ricardo Julio Rodil
Robinson Passos de Castro e Silva

Diretoria Nacional
Presidente
Eduardo Augusto Rocha Pocetti
Diretor Técnico
Idésio da Silva Coelho Júnior
Diretor de Administração e Finanças
Eduardo Affonso de Vasconcelos
Diretor de Desenvolvimento Profissional
Carlos Alberto de Sousa
Diretor de Regionais
Paulo Cézar Santana
Diretor de Comunicação
Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna

Superintendente
Marco Aurelio Fuchida

Conselho Editorial
Adelino Dias Pinho
André Luiz Bufoni
Antonio Duarte Carvalho de Castro
Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna
Giovana Batistella
Heloisa Helena Montes
Henrique José Fernandes Luz
Iran Siqueira Lima
Jorge Alberto da Cunha Moreira
Juarez Lopes de Araújo
Marco Aurelio Fuchida

Editora responsável
EX LIBRIS
Av. Paulista, 509, cj. 602
01311-000 São Paulo SP
Tel: (11) 3266-6088
contato@libris.com.br
www.libris.com.br

Jornalista Responsável
Jayme Brener (MTb 19.289)

Editora
Geralda Privatti
Colaboração
Marcos Zeitoune e Regina Abrão

Projeto gráfico e diagramação
AreaDesign - Wilma Temin

Dupla satisfação

A despeito da crise global que freou o crescimento das grandes economias, o Brasil continua apresentando bom desempenho, que poderia ser potencializado se o Governo enfrentasse um dos muitos problemas que encarecem a produção nacional: a burocracia. Em particular, o excesso de obrigações tributárias acessórias.

Essa é a ideia central das reportagens "Amarras ao desenvolvimento" e "Futuro promissor", desenvolvidas a partir da percepção de otimismo quanto ao Brasil, captada entre os palestrantes da 2ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria realizada em julho pelo Ibracon. O encontro evidenciou, para nossa dupla satisfação, a importância que os convidados internacionais conferem ao Brasil no cenário global e ao Ibracon, em particular.

A edição, que também aprofunda temas relevantes dos debates promovidos pela Conferência, espelha o volume de trabalho empreendido pelo Instituto, interna e externamente, em sua missão de disseminar conhecimento por meio de suas ações de Educação Continuada. Ela também reflete o sucesso do plano estratégico de fortalecimento da nossa representatividade junto aos profissionais, frente aos órgãos reguladores e às entidades congêneres.

Aos leitores que não tiveram a oportunidade de comparecer à Conferência acreditamos que esta *Transparência Ibracon* os ajudará a recuperar uma boa parte do conteúdo total do encontro. Aos que colaboraram para o sucesso do evento, em particular aos profissionais do Ibracon e das firmas de auditoria que enriqueceram as palestras e paineis de debate, meu muito obrigado.

Boa leitura a todos,

Um abraço,
Eduardo Pocetti
Presidente do Ibracon

Menores, com a força de gigantes

Istockphoto/Thinkstock

As grandes economias vivem um momento crítico, que cria um ambiente muito difícil para os negócios. Se o cenário não é favorável nem mesmo para as corporações de maior porte, torna-se ainda mais desafiador e complexo para as pequenas e médias empresas. Em tempos de pressão sobre os preços, todos buscam reduzir custos, o que eleva as dificuldades da competição. É neste panorama que o presidente do Comitê de Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes da Federação Internacional de Contadores (Ifac), Giancarlo Attolini, vê oportunidades de negócios para as firmas de auditoria de pequeno e médio portes (FAPMP).

Attolini participou da 2ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Após sua palestra (*Promovendo o Papel das Firmas de Pequeno e Médio Portes*), em entrevista à revista *Transparência Ibracon*, ele observou que as necessidades dos clientes estão mudando, uma vez que todos têm de competir em uma nova conjuntura. "As empresas precisam de maior suporte financeiro e acesso a crédito. E buscam auditorias mais sólidas e demonstrativos financeiros mais confiáveis", explicou.

Para ele, este é um momento que requer grande esforço das firmas de auditoria de pequeno e médio portes. Attolini cita como exemplo o que ocorre em seu país natal, a Itália: 97% das auditorias são feitas em PMEs que contratam FAPMP. "Essas firmas desempenham um papel importantíssimo. Pela própria natureza de seus negócios, os pequenos empreendedores não têm condições de estudar extensamente o assunto. Eles precisam ser conduzidos através deste processo por seus contadores e auditores de confiança", garante o presidente do Comitê da Ifac, que também é sócio-fundador da Attolini Spaggiari & Studio Legale Associati e Tributario, conselheiro do comitê executivo da Fédération des Experts Méditerranéens Comptables (FCM), do conselho de administração do Organismo Italiano de Contabilidade, do Organismo Italiano de Avaliação e do comitê de governança e nomeação do European Financial Reporting Advisory Group (Efrag). Leia a seguir os principais trechos da entrevista.

"Pequenas e médias são a chave do desenvolvimento econômico"

Agimagem

Em sua opinião, qual é a importância das pequenas e médias empresas para o crescimento econômico sustentável?

As pequenas e médias empresas (PMEs) são a chave para o desenvolvimento econômico sustentável. Virtualmente em todos os países do mundo, incluindo aí os Estados Unidos, a maior parte do PIB vem deste segmento da economia. Se as PMEs não forem incentivadas a crescer de forma sustentável, a economia no geral será prejudicada.

Claro que é importante ter as grandes companhias liderando alguns processos de sustentabilidade, mas acreditamos que a chave para o desenvolvimento são as pequenas e médias, seguindo o caminho aberto pelas maiores.

Em todo o mundo, há organismos pensando esse tema, tais como o Comitê de Integração Latino Europa-América (Cilea), que neste ano trabalha, especificamente, em um projeto para desenvolver padrões de sustentabilidade para pequenos e médios empreendimentos. A Ifac acompanha essa mobilização de perto, muito atentamente. Este projeto desperta interesse porque pretende integrar as experiências da América Latina e da Europa. Acreditamos que os resultados serão excelentes.

Qual é o papel das firmas de auditoria de pequeno e médio portes na implantação das novas normas de auditoria?

Gostaria de responder citando o exemplo de um país que eu conheço bem, a Itália. Lá, 97% de todas as auditorias são levadas a cabo em empresas de pequeno e médio portes (PME); que contratam firmas de auditoria de pequeno e médio portes também (FAPMP). Claro que, na Itália, há muitas pequenas e médias empresas, mas isto é comum em todos os países economicamente mais desenvolvidos do mundo. No restante da Europa, os números são um pouco menores, mas mesmo assim as PMEs são a grande maioria. Ou seja, há que se considerar sobre o que estamos falando: se falharmos em implementar as ISAs (normas internacionais de auditoria) de forma correta, com alta qualidade, entre as pequenas e médias, então é porque falhamos em implementar todo o conhecimento das ISAs.

De que forma as firmas de auditoria podem ajudar as PMEs na convergência aos padrões internacionais?

As firmas pequenas e médias desempenham um papel importantíssimo nesse processo. Os

"Padrões mais elevados de contabilidade e auditoria melhoram a gestão das empresas"

padrões são muito novos e bastante diferentes dos anteriores. E, pela própria natureza de seus negócios, esses empreendedores de menor porte não têm condições de estudar extensamente o assunto.

Eles precisam ser conduzidos através deste processo por seus contadores e auditores de confiança. Isto requer um grande esforço das pequenas e médias firmas de auditoria, para treinar seus profissionais e ampliar o conhecimento sobre os novos padrões, de forma a poder implementá-los no universo de ação dos seus clientes.

Em relação aos demais países, qual é a situação do Brasil?

Francamente, na minha opinião, o Brasil está muito à frente de diversos países do mundo. O País já implementou as IFRS (International Financial Reporting Standards) e as ISA (International Standards on Auditing). Agora, há toda essa mobilização para disseminar ainda mais a adoção das IFRS para pequenas e médias empresas.

Isso significa que o Brasil já implementou os três grandes *standards* em contabilidade e auditoria. Pode-se dizer que a Europa está atrás do País: apesar de termos adotado as IFRS há muito mais tempo, nós ainda não o fizemos para as pequenas e médias. Cada país ainda segue seu próprio padrão. Em relação às ISA, a Europa ainda está em processo de convergência, sendo que a maioria dos grandes países europeus ainda não segue o padrão internacional de auditoria. O Brasil está claramente à frente de muitos países desenvolvidos neste assunto.

Quais são os maiores desafios enfrentados pelas pequenas e médias firmas de auditoria na adoção das novas normas de contabilidade e auditoria nas PMEs?

Vivemos um momento difícil. Muitas economias sentem os reflexos da crise econômica e financeira. No entanto, para a sorte do Brasil, o impacto aqui vem sendo um pouco menor. É fato que a economia brasileira está mais forte hoje do que no passado. Mas também contribuiu para esse cenário positivo o fato de o País ter feito um esforço bem-sucedido na convergência aos padrões internacionais de contabilidade e auditoria.

Sem dúvida, globalmente, o ambiente é mais difícil e complexo para as pequenas e médias empresas. Por causa da crise, há muita pressão nos preços de mercado: empresas querem pagar menos, clientes querem pagar menos, há menos dinheiro circulando. Nesse processo de barganhar pelo mais barato, a competição aumenta, o que é perigoso para a qualidade geral dos serviços. Há um limite para a redução de preços. Quando se vai além, seguramente há perda de qualidade.

Deve-se destacar também que as necessidades dos clientes estão mudando, uma vez que todos têm de competir em uma nova conjuntura. As empresas precisam de maior suporte financeiro para seus negócios, mais acesso a crédito junto aos bancos e, consequentemente, buscam auditorias mais sólidas e demonstrativos financeiros mais confiáveis.

Neste ambiente, é importante que as firmas de auditoria proporcionem a seus clientes de pequeno e médio portes as ferramentas para competir, inclusive, em âmbito internacional. O cenário é muito mais complexo agora do que há poucos anos. E, provavelmente, isso não vai mudar tão cedo. A recuperação da crise é lenta e será um período duro para todos. Apenas aqueles que se mostrarem mais adaptados às mudanças sobreviverão.

Quais os principais impactos positivos da convergência às novas normas? De que forma o padrão internacional melhora a situação das PMEs?

Bem, há uma série de questões que devem ser consideradas. A economia está, cada vez mais, globalizada. Então, trabalhar em um mesmo nível e utilizando os mesmos padrões torna muito mais fácil para os investidores internacionais moverem seus recursos, investindo em países nos quais os padrões internacionais já foram adotados. Acho que o ambiente para os investidores está muito mais prático. E isso, evidentemente, auxilia as empresas de todos os tamanhos a encontrar novas formas de financiamento, novos parceiros e a crescer mais rapidamente.

Agimagem

"O treinamento é fundamental para desenvolver um bom profissional"

Acredito, ainda, que padrões mais elevados de contabilidade e auditoria ajudam as empresas a serem geridas de forma mais competente, já que suas informações financeiras se tornam mais claras, aumentando o acesso a crédito bancário, por conta de demonstrativos financeiros mais transparentes e confiáveis. Para as pequenas e médias, este impacto positivo faz toda a diferença.

Quais são os impactos negativos da convergência?

Há algumas desvantagens. A maior parte delas está relacionada à introdução dos primeiros estágios da convergência aos padrões internacionais, quando se dão as maiores mudanças na implementação dos padrões de contabilidade e auditoria. Mudanças resultam em custo. Não há como negar.
É preciso realizar treinamentos, fazer investimentos na empresa – tanto nas PMEs quanto nas FAPMP que as atendem. Mas isto é temporário. As desvantagens são apenas no início. Quanto tudo está incorporado, as vantagens advindas do processo são muito superiores a longo prazo.

Como o senhor avalia a atuação do Ibracon no processo de convergência?

A importância do Ibracon é indiscutível. O trabalho que o Ibracon e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) têm realizado no Brasil é realmente impressionante. Em muito pouco tempo, vocês tiveram a capacidade de realizar a convergência de forma muito competente e com alta qualidade. A Ifac acredita que isso trará enormes vantagens para a economia brasileira. As ISAs aumentam, em muito, a qualidade dos trabalhos.

Mas, claramente, os desafios são muitos. Quando as ISA foram implementadas pela primeira vez nas pequenas e médias, tivemos de desenvolver uma série de novos procedimentos e normas. Evidentemente, esta foi uma fase difícil, na qual tivemos de prestar mais atenção e cuidados adicionais para garantir que as ISA fossem implementadas da forma correta no âmbito das FAPMP.

Devo destacar que, deste ponto de vista, a forma como o Ibracon tem tratado o assunto é das mais eficientes. Tenho percebido que o Ibracon trabalha intensamente no treinamento e disseminação de conhecimento

visando à implementação das ISA entre as pequenas e médias empresas. O treinamento é fundamental para desenvolver um bom profissional, que esteja habilitado a desempenhar auditoria em níveis de qualidade e excelência internacionais.

De que forma a Ifac tem dado suporte às firmas de auditoria de pequeno e médio portes?

Acreditamos que as diretrizes que o nosso comitê tem enviado para as pequenas e médias tem ajudado este grupo a desempenhar melhor suas funções. A missão da Ifac é servir ao interesse público, contribuir para o desenvolvimento, a adoção e a implementação de padrões de qualidade internacionais. Trabalhamos para contribuir com o desenvolvimento de fortes organizações e empresas de contabilidade, promovendo o valor de contabilistas em todo o mundo, falando sobre questões de interesse público e sobre a relevância da profissão.

Disponibilizamos uma série de informações e fontes de pesquisa no site da Ifac, que conta com uma área específica para as pequenas e médias firmas. Nosso Comitê de Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes reúne representantes de 18 países, inclusive o Brasil, que é representado por Ricardo Julio Rodil, membro do Conselho de Administração do Ibracon.

Na internet

Saiba mais sobre a atuação do Comitê de Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (CFAPMP) da Ifac acessando o site http://www.ifac.org/about-ifac/small-and-medium-practices-committee.

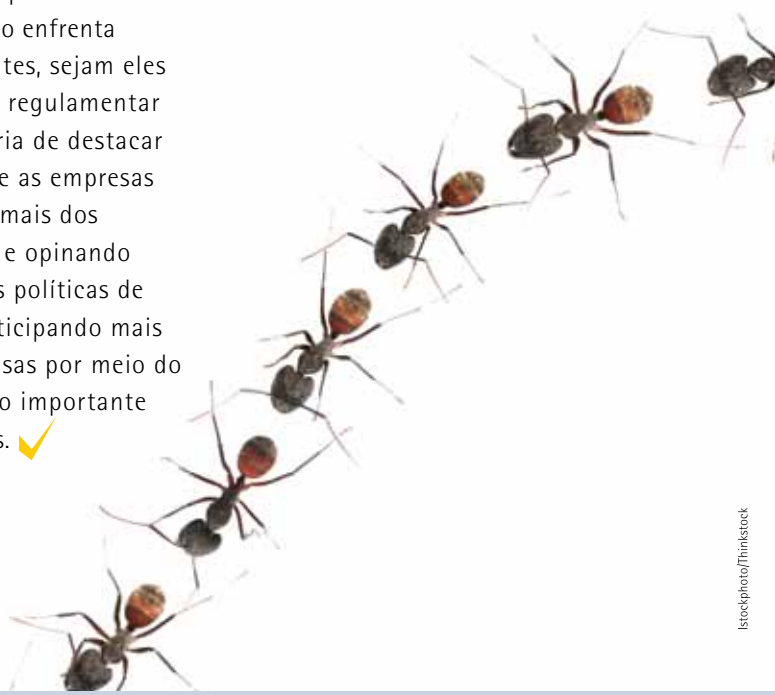
O Comitê disponibiliza três publicações específicas para pequenas e médias:

- *Guide to Practice Management for Small and Medium Sized Pr actices*
- *Guide to Quality Control for Small and Medium Sized Pr actices*
- *Guide to Using ISAs in the Audits of Small and Medium Sized Entities*

Esta última já foi traduzida e revisada pelo Ibracon e pelo CFC, com o título *Guia de Utilização das Normas de Auditoria em Auditorias de Entidades de Pequeno e Médio Portes.*

A publicação está disponível no Portal do Ibracon (http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detInterna.php?cod=14) e no site do CFC (www.cfc.org.br/conteudo.aspx?codMenu=60).

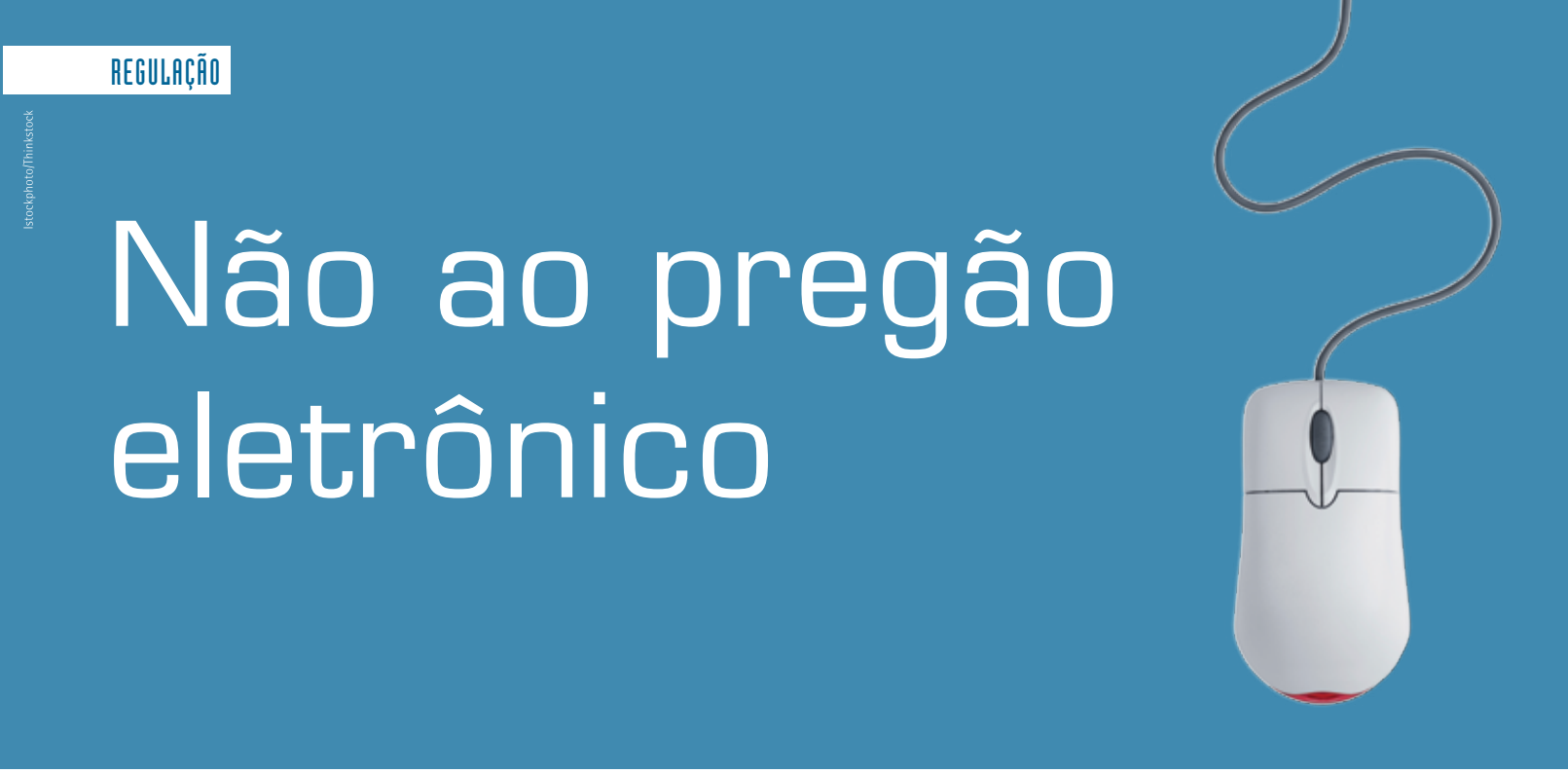
Todo este apoio é de importância crucial, pois o segmento enfrenta desafios sem precedentes, sejam eles de ordem operacional, regulamentar ou de mercado. Gostaria de destacar ainda a importância de as empresas e firmas participarem mais dos processos, dialogando e opinando sobre a elaboração das políticas de regulamentação e participando mais ativamente das pesquisas por meio do nosso site. Isto é muito importante para o futuro de todos.



Istockphoto/Thinkstock

O que é o Cilea

O Comitê de Integração Latino Europa-América (Cilea) reúne 25 organismos profissionais de contabilidade de 18 países da América Latina e Europa. E tem como missão facilitar a comunicação entre os países latinos, visando a estabelecer pautas comuns no processo de convergência contábil no âmbito da globalização da economia.



Istockphoto/Thinkstock

Não ao pregão eletrônico

Questionado pelo Ibracon, CFC emite parecer contrário à contratação de serviços de auditoria por pregão

A contratação de serviços de auditoria contábil por meio de pregão, eletrônico ou presencial, "afronta os ditames legais" e sujeita o profissional "à ofensa ao Código de Ética Profissional". Essas afirmações integram o parecer técnico do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), emitido em resposta à consulta efetuada pelo Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, na qual o presidente Eduardo Pocetti questiona a aplicação do sistema de pregão para contratação de serviços de auditoria independente.

"O sistema de pregão se aplica à contratação de serviços comuns, o que não é, absolutamente, o caso dos serviços de auditoria independente, de natureza predominantemente intelectual", afirma Pocetti.

O Ibracon viu reconhecida, pelo CFC, sua defesa de que a auditoria é um serviço profissional técnico especializado, cuja escolha, entre diferentes firmas e profissionais, deve levar em consideração, além dos custos envolvidos, a experiência e o conhecimento que o auditor tem na auditoria de entidades semelhantes, a qualidade da equipe que será alocada no serviço e o planejamento do trabalho.

Em sua análise, a Câmara Técnica do CFC destacou que era preciso considerar "a existência de dois aspectos a serem apreciados, primeiramente, sob a ótica ética e, por fim, pelos aspectos da legalidade, relacionados diretamente à impossibilidade de se considerar o serviço de auditoria como serviço comum passível de ser contratado dentro dessa modalidade licitatória".

O parecer do CFC, assinado pelo presidente do órgão, Juarez Domingues Carneiro, conclui:

- o profissional contador-auditor que participe de pregão, presencial ou eletrônico, ofende o Código de Ética Profissional do Contador, estabelecido pela Resolução CFC nº 803, de 10 de outubro de 1996, sujeitando-se à prática de aviltamento de honorários;
- a modalidade do pregão para contratar serviços de auditoria contábil configura ato que vai de encontro aos ditames legais, e aos princípios insculpidos no art. 37 da Constituição Federal e no art. 3º da Lei 8.666/93, restando claro que esse tipo de objeto deve ser licitado por meio de licitação do tipo "técnica e preço" e que não se enquadra na modalidade licitatória do pregão.

Respaldado no parecer do CFC, o presidente do Ibracon reafirma: "Em nenhuma hipótese se recomenda que os honorários dos auditores sejam objeto de leilão ou sejam o fator determinante para contratação do auditor independente".

Istockphoto/Thinkstock

Amarras ao desenvolvimento

Excesso de obrigações acessórias encarece a produção, estrangula a iniciativa privada e afasta investidores

De maneira geral, pagar imposto não é o maior problema, quando a sociedade percebe que o retorno em serviços públicos e bem-estar é compatível com o volume recolhido aos cofres da administração, seja ela municipal, estadual ou federal. A insatisfação dos cidadãos com a educação, a saúde e a segurança pública – para ficarmos em apenas três das maiores preocupações dos brasileiros – sinaliza um desequilíbrio entre o montante pago e os benefícios assegurados pelo montante recolhido.

Para as empresas, o desequilíbrio é ainda mais acentuado pelo grande volume de obrigações acessórias, que, em poucas palavras, são sinônimo de burocracia. A tão conhecida "papelada" que, ao contrário do que se poderia esperar, não tem diminuído com a informatização de processos. Ao contrário. A implementação do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) é um exemplo. Além de continuar cumprindo as obrigações acessórias existentes, as empresas "ganharam" novas tarefas burocráticas.

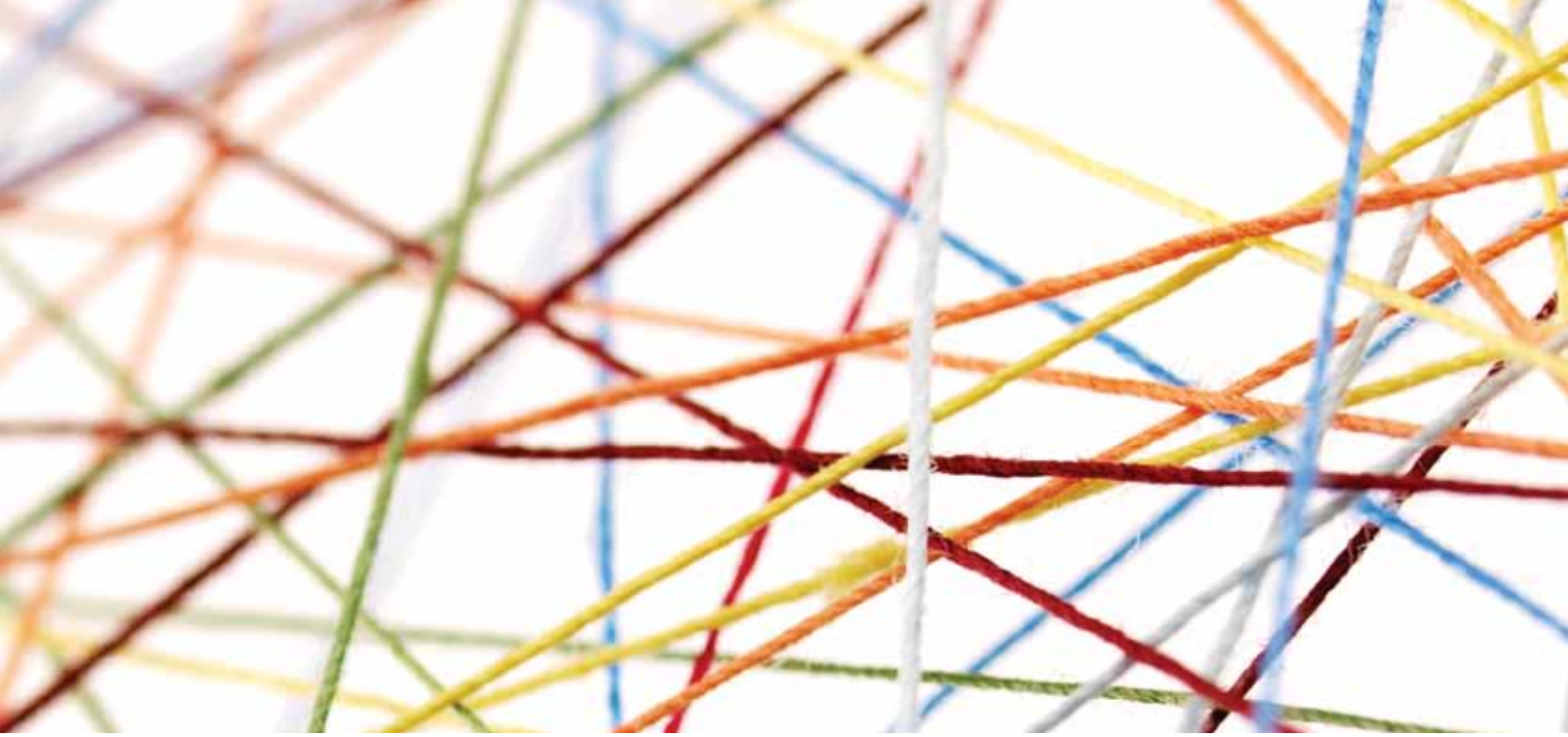
Enquanto muitos países optaram pela redução desses custos, visando a aumentar a competitividade das companhias no mercado global, o Brasil segue repassando aos contribuintes o ônus da burocracia. O resultado é o estrangulamento da iniciativa privada, a inibição dos investidores e o desestímulo ao empreendedorismo.

A pesquisa *Doing Business 2012*, feita pela International Finance Corporation (IFC), ligada ao Banco Mundial, situa o País como o 126° entre as 183 nações analisadas. Ou seja: o custo de transações é bastante pesado no Brasil.

Outra régua que mede o tamanho dos obstáculos enfrentados pelos empreendedores é o estudo *Paying Taxes*, realizado no Brasil pela PwC para o Banco Mundial. O País aparece em último lugar entre as 183 economias avaliadas no item "tempo gasto em pagamento de impostos", com 2.600 horas/ano, atrás de Camarões (654), Venezuela (864) e Bolívia (1.080). No quesito "número de impostos", o Brasil fica em 29° lugar; e cai para a 168ª posição no item "taxa total de impostos" (67,1% na soma geral).

"Claro que a carga tributária brasileira é pesada, mas o que mais atrapalha e inibe investimentos é o emaranhado de normas e a insegurança que ele gera, que roubam a competitividade e criam custos", analisa Eduardo Pocetti, presidente da Diretoria Nacional do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

Segundo ele, a burocracia é crucial para a competitividade – principalmente em um cenário de tão elevada concorrência global. "Nosso sistema tributário é muito complexo e, para cada imposto, tem-se uma ou mais obrigações acessórias. Quanto maior a burocracia, mais tempo e dinheiro são desviados da atividade produtiva",



continua Pocetti.

Para Luiz Nelson Porto Araújo, fundador e sócio-gerente da Delta Economics & Finance, convidado da 2ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria do Ibracon, a burocracia é o maior desafio do País. "Ela já está impregnada na cultura nacional. E isso precisa mudar, pois, no mundo globalizado, a agilidade e a eficiência são os direcionadores", afirma.

"O que chama a atenção é o descompasso entre a burocracia e o alto grau de desenvolvimento já alcançado pelo País", acrescenta Pocetti, citando a recente modernização da contabilidade e da auditoria no Brasil, com a convergência aos padrões internacionais.

Ele lembra que os controles do Imposto de Renda, por exemplo, evoluíram muito. O que demonstra que a tecnologia pode ser usada a favor do contribuinte. "Eu concordo. A tecnologia pode fazer muita coisa, principalmente eliminar inconsistências e problemas de tempestividade. Daqui a pouco, o governo vai fazer ele mesmo a declaração de imposto de renda do cidadão e só enviar para ele validar, aprovar ou contestar", diz Araújo.

Para o tributarista Ives Gandra Martins, a burocracia é uma das várias amarras governamentais que impactam as empresas brasileiras. Segundo ele, a carga tributária e os encargos trabalhistas superiores aos dos demais países emergentes representam um alto custo empresarial e, associados ao grande volume de obrigações acessórias, tiram competitividade da indústria.

Luiz Machado/Agência Imagem

Eduardo Pocetti

Corrida de obstáculos

O estudo *Paying Taxes*, realizado no Brasil pela PwC para o Banco Mundial, constata que 123 das 183 economias analisadas promoveram mudanças significativas em sua legislação desde 2006, visando a reduzir a carga tributária. O relatório conclui que 33 países facilitaram e tornaram menos oneroso o recolhimento de impostos entre junho de 2010 e maio de 2011. O estudo conclui que o "custo tributário total" (total tax rate) para pequenas e médias empresas caiu 8,5 pontos percentuais desde 2006. Ao longo desse período, o tempo gasto com as obrigações tributárias diminuiu em mais de um dia por ano (54 horas) e o número de recolhimentos necessários diminuiu em cinco.
Confira os destaques da pesquisa:

Países que facilitam ou não o pagamento de impostos

Pagamentos (nº por ano)

Menor		Maior	
Hong Kong SAR (China)	3	Senegal	59
Maldivas	3	Congo	61
Catar	3	Costa do Marfim	62
Geórgia	4	Sérvia	66
Noruega	4	Tadjiquistão	69
Suécia	4	Venezuela	70
Singapura	5	Sri Lanka	71
Butão	6	Jamaica	72
México	6	Romênia	113
Timor-Leste	6	Ucrânia	135

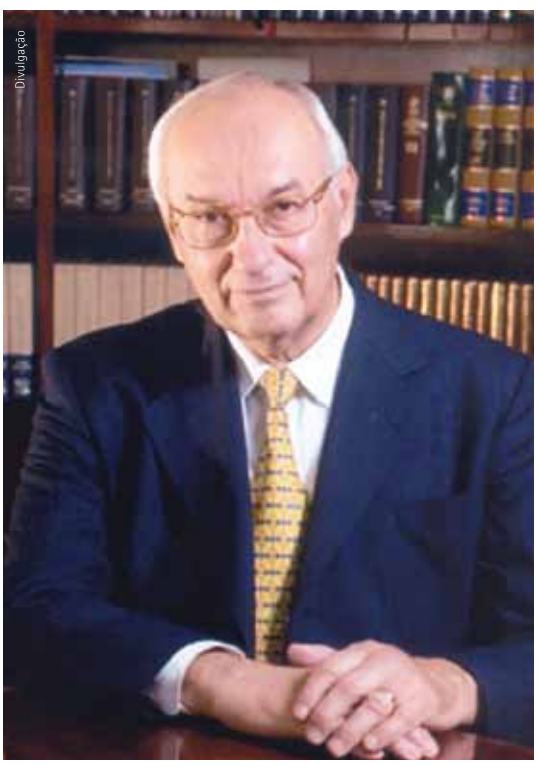
Tempo (horas gastas com pagamentos)

Mais rápido		Mais lento	
Maldivas	0	Camarões	654
Emirados Árabes	12	Ucrânia	657
Bahrein	36	Senegal	666
Catar	36	Mauritânia	696
Bahamas	58	Chade	732
Luxemburgo	59	Venezuela	864
Omã	62	Nigéria	938
Suíça	63	Vietnã	941
Irlanda	76	Bolívia	1.080
Seychelles	76	**Brasil**	**2.600**

"Para cumprir qualquer mínima exigência administrativa o contribuinte precisa passar por várias repartições públicas. A burocracia esclerosada cria uma carga monumental", afirma.

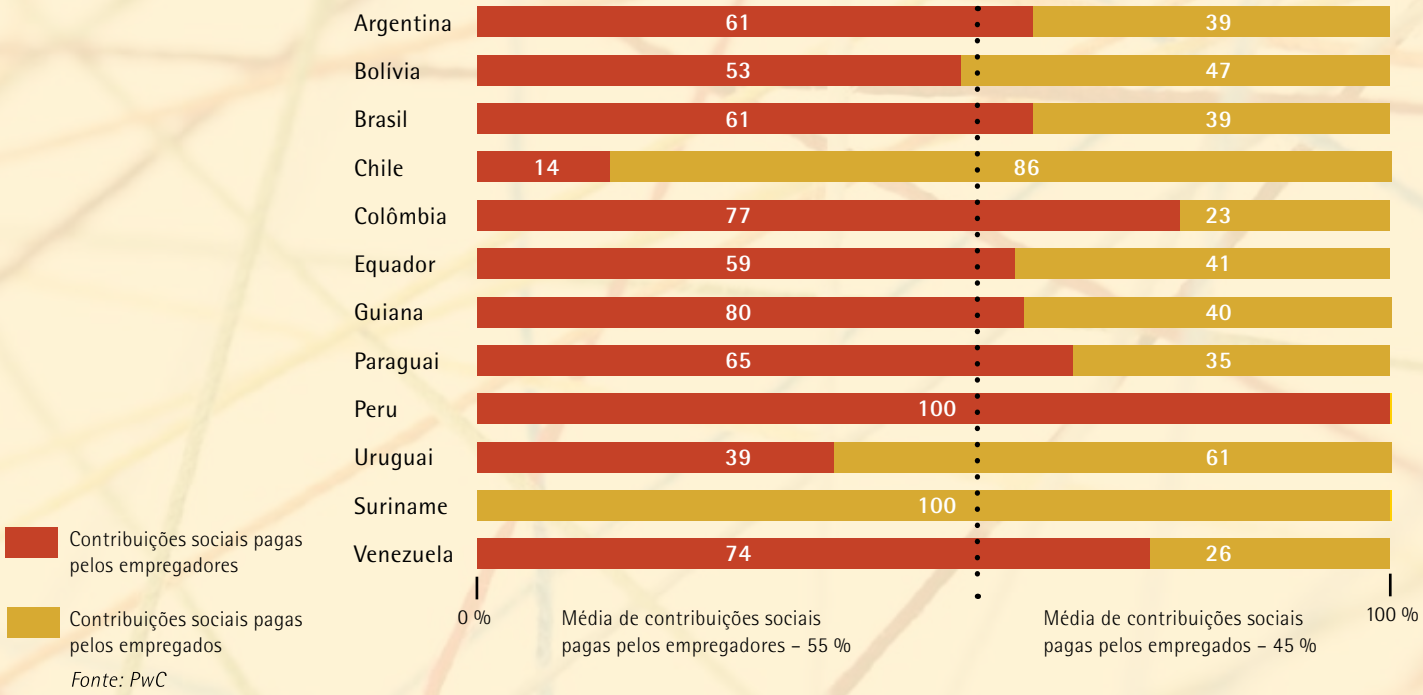
Presidente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo (Sescon-SP), José Maria Chapina Alcazar considera o excesso de obrigações acessórias o maior responsável pelo elevado custo Brasil. "Como se não bastasse uma carga tributária beirando os 40% do PIB, ainda temos toda essa burocracia, que encarece os processos produtivos", diz Chapina Alcazar. "Não basta pagar os tributos em dia, é preciso trabalhar incansavelmente para atender as exigências fiscais de todas as esferas governamentais. E arcar com as consequências negativas como gastos de tempo e dinheiro", acrescenta.

Em sua opinião, a inteligência fiscal, fruto da evolução tecnológica da Receita, até agora só trouxe prejuízos ao contribuinte. "Além de se desviar de sua atividade, as empresas precisam decifrar a complexa legislação brasileira e gastar tempo e dinheiro com o preenchimento de declarações. O pior é que, se cometer algum erro, a empresa ainda fica sujeita ao pagamento de altíssimas multas, que podem


Divulgação

Ives Gandra da Silva Martins

Contribuições para a seguridade social nas economias da América do Sul



Fonte: PwC

levar o negócio à falência", completa o presidente do Sescon-SP, que também preside a Associação das Empresas de Serviços Contábeis do Estado de São Paulo (Aescon-SP).

Ele ressalta que isso vai totalmente contra a promessa do governo de racionalizar o sistema tributário, feita à época da implantação do Sistema Público de Escrituração Digital, o Sped.

O Sescon-SP mapeou as obrigações acessórias nas três esferas federativas e entregou o diagnóstico à Receita Federal. O documento, que tem o apoio do Fórum Permanente em Defesa do Empreendedor, propõe simplificar o sistema tributário brasileiro, com medidas como a descentralização dos prazos de entrega de declarações, geralmente próximos entre si, e a extinção de obrigações redundantes.

"Um exemplo claro de redundância é a mais nova obrigação acessória: o Siscoserv, que solicita informações similares às já pedidas na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) e na Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira (Dimof)", cita Chapina Alcazar.

Inteligência fiscal

Chapina avalia que a Receita Federal do Brasil é uma das melhores do mundo, copiada em outros países, o que traz

Luiz Nelson Porto Araújo

Doing business

A pesquisa *Doing Business 2012*, da IFC, que situa o Brasil na posição 126° entre as 183 economias avaliadas, lista diversos itens que foram considerados na elaboração do estudo.

No tópico "Facilidade de fazer negócios - Regulações", o Brasil ficou nas seguintes colocações:

Pagamento de tributos	150
Alvarás de construção	127
Comércio internacional	121
Abertura de firma	120
Cumprimento de contratos	118
Registro de propriedades	114
Obtenção de crédito	98
Proteção ao investidor	79
Obtenção de energia elétrica	51

resultados positivos, como a redução da sonegação e o aumento da arrecadação.

"Esse aparato tecnológico associado à obrigação de envio de uma infinidade de informações dos contribuintes permite ao Fisco realizar diferentes cruzamentos de dados. O fiscal nem precisa mais ir à empresa. No entanto, os benefícios dessa autofiscalização ficam todos com o governo. O contribuinte ainda não foi beneficiado. Ao contrário, ele tem arcado com os ônus de todos esses processos", diz.

O presidente do Sescon-SP chama a atenção para o descompasso entre a alta tecnologia de que a Receita dispõe e a do contribuinte, especialmente a dos micro e pequenos empreendedores, "que são a maioria do País". Chapina defende, inclusive, a concessão de subsídios para a inclusão dessas empresas, visando à sua inserção neste cenário fiscal. "O adiamento de entrega da Escrituração Fiscal Digital Contribuições para as empresas do lucro presumido é um exemplo. Pleiteamos sua prorrogação, dadas as dificuldades enfrentadas pelas empresas para a sua elaboração. Essa é uma das exigências mais complexas das muitas criadas pelo Sped", assegura o presidente do Sescon-SP.

A instabilidade dos sistemas de recepção de documentos dos fiscos é outro fator que pesa no bolso das empresas. "É frequente eles não suportarem as grandes demandas, apresentando problemas e causando transtornos aos contribuintes, que, além disso, ficam sujeitos a elevadíssimas multas se não cumprirem os prazos", reclama. Para ele, esse comportamento do governo poderá condenar, em pouco tempo, o crescimento do empreendedorismo.

Sergio de Paula

José Maria Chapina Alcazar

Futuro promissor

Economista projeta retomada do crescimento do PIB em 2013 e vê grandes oportunidades para o Brasil

A crise global não é agradável, mas também não prenuncia grandes danos. Ao menos para o Brasil. O País desfruta de excelentes condições econômicas e conta com importantes defesas contra a crise. "O cenário local é bom. Certamente, melhor que em outros países. Há problemas, mas também muitas oportunidades."

A avaliação é de Luiz Nelson Porto Araújo, fundador e sócio-gerente da Delta Economics & Finance. Em sua palestra na 2ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria do Ibracon, ele apresentou uma rica análise do panorama global e local.

Segundo Araújo, o mercado financeiro é sólido, com alta tecnologia e inovador; o País está aberto a investimentos estrangeiros; tem políticas macroeconômicas prudentes; seu crescimento é induzido pelo consumo doméstico e por investimentos; a classe média é exuberante (mais educada, com maior renda e consumo); e há aumento da demanda por importações.

"O PIB vai crescer em 2013, apesar da inflexão deste ano, alavancado pelo consumo público e privado. Os preços estão estáveis, as taxas de juros caem, o desemprego continua baixo. Os indicadores são mesmo muito bons", afirmou Araújo na palestra *Cenário Econômico: Perspectivas e Oportunidades para o Brasil.* No entanto, o economista, que integra a American Economic Association e a Sociedade Econométrica, alertou para os gargalos e desafios:

"A produtividade brasileira está muito baixa em comparação à de várias outras economias. A qualidade da educação oferecida e o nível de escolaridade da população também preocupam", disse. Para ele, um importante desafio é desenvolver capacidade para inovação e competitividade no setor industrial e promover a presença global de empresas brasileiras.

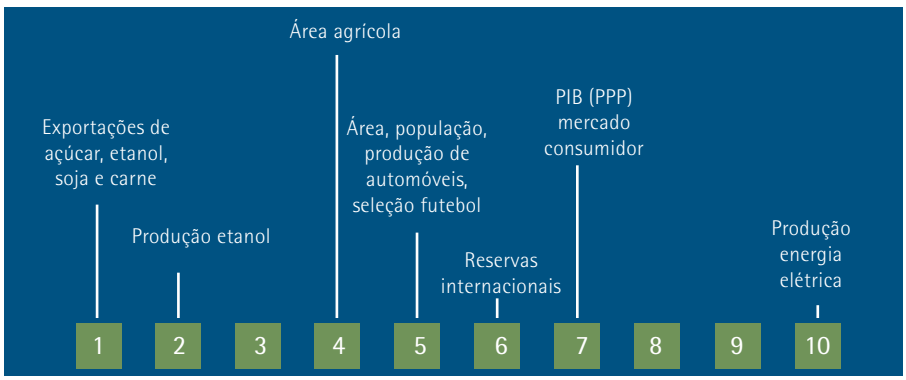
"O desenvolvimento sustentável depende da firme determinação do País em investir em inovação e competitividade", disse, destacando a necessidade de uma política industrial de caráter permanente e a necessidade de fortalecer a cooperação intragoverno em diversas áreas, como educação e infraestrutura. "A interação público-privada também é importante", afirmou.

Araújo confia em um futuro fantástico para o Brasil. "E não há risco de desindustrialização. Isso é bobagem. Nenhum indicador aponta nessa direção", assegurou. Mas não há dúvidas de que os gargalos são muitos. "A telefonia móvel e o transporte aéreo estão mais do que sobrecarregados. Não é à-toa que perdemos colocações quando se trata de indicadores sobre competitividade e custos de transações", afirmou.

De qualquer forma, ele garantiu que o Brasil criou um círculo virtuoso, com bons fundamentos, crescimento da produção, da renda e do emprego, melhoria no arcabouço regulatório, que mitigou os riscos, e inclusão social, com

Luiz Nelson Porto Araújo

Brasil ocupa boas posições em aspectos estratégicos



Fonte: apresentação de Porto Araújo na 2ª Conferência do Ibracon

Indicadores brasileiros apontam retomada do crescimento

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
PIB real (% anual)	2,9	4,0	6,1	5,1	-0,2	7,5	2,7	2,5	4,5
Dívida líquida setor público (% PIB)	48,2	47,0	45,1	38,1	42,2	40,2	39,1	36,0	35,0
Consumo privado (% anual)	4,5	5,2	6,1	5,7	4,2	7,0	3,2	4,0	5,0
Consumo público (% anual)	2,3	2,6	5,1	3,2	3,9	3,3	2,5	3,0	4,5
Preço do consumidor (% anual)	5,7	3,1	4,5	5,9	4,3	5,9	6,4	4,7	4,5
Taxa básica de juros (%)	18,00	13,25	11,25	13,75	8,75	10,75	11,0	7,0	6,0
Taxa desemprego (%)	9,0	10,0	9,3	7,9	8,1	6,5	6,0	5,7	5,7
Balança comercial (US$ bilhões)	44,7	46,5	40,0	24,8	25,3	20,2	28,8	35,0	42,0
Exportações (US$ bilhões)	118,3	137,8	160,6	197,9	153,0	201,9	259,9	285,0	340,0

Fonte: apresentação de Porto Araújo na 2ª Conferência do Ibracon

programas de transferência de renda. "E ainda temos a oportunidade de investimentos no petróleo do pré-sal e nas obras de infraestrutura, sem esquecer os preparativos para as Olimpíadas do Rio de Janeiro e a Copa do Mundo", analisou.

Panorama global

Em contrapartida, o cenário global é de baixas taxas de crescimento e elevado nível de incertezas; crise da dívida soberana de países da União Europeia que aderiram à moeda única formando a zona do euro; e riscos ao fluxo de capitais, tanto pelo temor de instabilidades e distorções nos preços relativos como pela pressão inflacionária e a volatilidade cambial. Lembrando que o PIB mundial cresceu 50% na última década, Araújo avaliou que a participação das nações ricas nesse crescimento diminuiu de 60% para 10% no período.

Os desafios econômicos globais vão do aumento do preço de alimentos e energia à volatilidade das *commodities*, assim como a carência de vários recursos naturais. "Muitos países, principalmente os mais afetados pela crise, sofrem com a falta de talentos e de qualificação da população economicamente ativa, o que causa competição na contratação e promove o deslocamento dos trabalhadores em busca de oportunidades", analisou o economista.

Ele prevê mudanças nas políticas públicas das nações mais atingidas pela crise, com o aumento do protecionismo e alteração das prioridades nacionais, pela pressão para atendimento das demandas domésticas. Em sua opinião, austeridade é a palavra-chave. "Como em todas as crises de dívida, é necessário controlar gastos, principalmente os públicos. Também é preciso diminuir o consumo e aumentar a poupança, assim como reduzir importações e aumentar as exportações", disse.

Araújo traça três cenários possíveis para o futuro da zona do euro. No pior deles, a união monetária poderia ruir, com a saída de um dos países em situação mais crítica, os chamados PIGS (na sigla em inglês: Portugal, Itália, Grécia e Espanha). Ou com a evasão de um dos países do Norte, não disposto em bancar financeiramente o modelo atual. O cenário intermediário seria a zona do euro sobreviver na forma atual, o que dependeria ou da reforma do Banco Central Europeu ou da elevação do nível de confiança dos mercados financeiros e da capacidade de administração dos conflitos sociais em cada um dos países atingidos pela crise.

"A alternativa ideal é a crise levar a uma zona do euro ainda mais integrada. Mas isso só acontecerá se houver uma grande reforma na arquitetura do euro, que induza a uma maior integração econômica e fiscal. Também seria interessante haver um maior federalismo fiscal", analisou.

Qualquer que seja o caminho adotado, os desafios são imensos e as soluções não se darão em curto prazo. Os ajustes dependem de consenso sobre quem pagará a conta.

Pontos fortes e oportunidades

Demografia/pobreza	Jovem, dinâmica, mobilidade social, distribuição de renda
Recursos naturais	Imensos, reservas minerais e de óleo & gás ainda inexploradas
Agronegócio	Maior reserva de terra (200 milhões de hectares de terra agriculturável ainda não utilizados)
Mercado consumidor	Imenso potencial induzido pela demografia e estabilização econômica
Tecnologia	Líder em motores flexíveis e exploracão *offshore* de petróleo
Eventos esportivos	Copa do mundo de futebol 2014 e jogos olímpicos 2016

Fonte: apresentação de Porto Araújo na 2ª Conferência do Ibracon

Gargalos da infraestrutura

	Setores domésticos					Setores exportadores			
	Intensivo capital		Intensivo mão de obra			Intensivo capital			
Barreiras	Varejo bancário	Telecom	Varejo alimentício	Construção residencial	Público	Siderurgia	Auto OEM	Autopeças	Agricultura
Informalidade									
Fatores macroeconômicos									
Regulação									
Oferta serviços públicos									
Infraestrutura									

Impacto elevado Impacto moderado Impacto baixo

Fonte: apresentação de Porto Araújo na 2ª Conferência do Ibracon

Sustentabilidade e responsabilidade social

Sintonizado com os temas tratados pelo Iaasb, o Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil emitiu o Comunicado Técnico 07/2012, com orientações sobre a execução de trabalhos e emissão de relatórios de asseguração relacionados com sustentabilidade e responsabilidade social.

À falta de uma norma internacional, alguns países, como a Alemanha e a Holanda, desenvolveram normas específicas para esses tipos de trabalho. Por sua vez, a Federação dos Peritos Contábeis Europeus (Fédération des Experts Comptables Européens - FEE) emitiu um extenso documento resumindo as práticas que vêm sendo seguidas na Suécia, França, Holanda e Alemanha. E concluiu destacando a necessidade de uma norma específica para tratar de trabalhos dos auditores independentes e emissão de relatórios de asseguração sobre os temas de sustentabilidade. Atualmente, os auditores independentes utilizam a norma internacional ISAE 3000 (Assurance Engagements Other than Audits or Reviews of Historical Financial Information).

No entanto, a Federação acredita que essa norma não endereça completamente todas as peculiaridades do tema e, por isso, defende a edição de uma norma específica pelo Iaasb.

Enquanto não se tem essa norma internacional, o CT do Ibracon provê um mínimo de alinhamento e uniformidade na aplicação dos procedimentos de revisão e na emissão dos relatórios de asseguração sobre esses temas, divulgados em um Balanço Social, Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, Relatório Anual da Administração.

Serviços de assessoria

Os serviços de assessoria oferecidos pelos contadores assumem, gradativamente, maior diversidade e complexidade. Dada a multiplicidade de disciplinas técnicas e conhecimentos envolvidos, o Ibracon emitiu o Comunicado Técnico 08/2012, visando a orientar os auditores independentes neste assunto.

Os serviços de assessoria executados por contadores se diferenciam, de forma fundamental, em relação aos serviços de auditoria, nos quais a função do contador (no exercício da auditoria) é a de assegurar, de forma razoável ou limitada, representações efetuadas por terceiros. No CT, o Ibracon exemplifica citando as representações contidas nas demonstrações contábeis: em um serviço executado segundo as normas técnicas de auditoria, o profissional emite uma conclusão sobre a confiabilidade de uma representação formal feita por e sob a responsabilidade de um terceiro, enquanto que, em um serviço de assessoria, o profissional desenvolve suas próprias observações, conclusões e recomendações.

O Comunicado esclarece que a natureza e o alcance do trabalho de assessoria são determinados com base em discussões entre o profissional e o contratante do serviço sob exclusiva responsabilidade do cliente. Portanto, os serviços de assessoria realizados pelo profissional não constituem serviços de auditoria (asseguração razoável), de revisões limitadas (asseguração limitadas) ou outros serviços correlatos (por exemplo: procedimentos previamente acordados) executados de acordo com as normas de auditoria, de revisão ou de serviços correlatos, assim como, também, não constituem exames de controles internos ou quaisquer outros trabalhos de asseguração de informações não históricas.

A íntegra dos CTs pode ser acessada no Portal Ibracon (www.ibracon.com.br): no menu à esquerda, clique em Publicações e em Comunicados Técnicos.

Revisão do relatório do auditor

Ibracon

Valdir Coscodai

Já está em andamento a audiência pública aberta pelo International Auditing and Assurance Standards *board* (Iaasb) para comentários sobre o processo de revisão do relatório do auditor sobre demonstrações financeiras.

No dia 22 de agosto, Valdir Coscodai, membro do Board do Iaasb e da Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT) do Ibracon, realizou palestra sobre os principais pontos de melhorias.

"O atual modelo tem muitas virtudes e está em uso há longa data. No entanto, pesquisas do Iaasb indicam que, embora a opinião do auditor seja muito valorizada, muitos percebem que o relatório de auditoria poderia ser mais informativo. Os usuários querem mais informações para apoiar suas tomadas de decisão", explica Coscodai.

Após a sondagem realizada em maio do ano passado, o Iaasb elencou algumas mensagens-chave recebidas, entre as quais a de que o relatório de auditoria poderia ser "mais comunicativo" e que os "usuários desejam informações mais relevantes e úteis sobre a entidade e a auditoria para tomada de decisões".

Diante dessas demandas, o projeto submetido agora a audiência pública tem como objetivos:

- Determinar os elementos fundamentais, adequados a um relatório de auditoria global para todas as entidades, de acordo com a ISA 700.

- Determinar elementos adicionais que possam ser adequados tomando por base o tipo de entidade (abordagem *building blocks*).

- Apontar flexibilidades quanto ao formato e ao conteúdo que acomodem as diferentes exigências de jurisdições na elaboração de relatórios, incluindo os relatórios de governança corporativa.

- Coordenar com outras partes visando a minimizar as diferenças desnecessárias.

- Contribuir para melhorar a elaboração de relatórios financeiros corporativos mais abrangentes.

Segundo Coscodai, o calendário relativo ao projeto prevê o recebimento de comentários até 8 de outubro, para elaboração do *exposure draft* da ISA 700 revisada e outras normas no segundo trimestre de 2013. O documento na íntegra pode ser acessado em http://www.ifac.org/publications-resources/improving-auditor-s-report

2ª Conferência Ibracon

Encontro reafirma seu lugar na agenda de eventos que contribuem para o aperfeiçoamento profissional da categoria

A segunda edição da Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente do Ibracon reafirmou a relevância do Instituto na consolidação da convergência às normas internacionais de contabilidade e auditoria, assim como seu desempenho como agente ativo no aprimoramento dos profissionais da área. O evento, realizado no Hotel Intercontinental, em São Paulo, nos dias 19 e 20 de junho, mobilizou mais de 350 profissionais interessados nas palestras e debates encabeçados por expoentes nacionais e internacionais. O encontro foi aberto por Maria Helena Santana, então presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que recebeu uma placa de homenagem do Ibracon, entregue pelo presidente da Nacional, Eduardo Pocetti.

"O mercado brasileiro está convergido aos padrões internacionais. Um dos focos da Conferência foi oferecer conhecimento e debater os desafios para que as firmas menores se integrem a este novo ambiente regulatório e ofereçam serviços com ainda mais competência e qualidade", analisa Eduardo Pocetti, presidente da Diretoria Nacional do Ibracon.

Agimagem

O presidente Eduardo Pocetti homenageia Maria Helena Santana

Guy Almeida Andrade, presidente do Conselho de Administração do Ibracon

Guy Almeida Andrade, presidente do Conselho de Administração do Ibracon, destaca como grande mérito do encontro o debate sobre os avanços e oportunidades que surgem com as mudanças. "A Conferência discutiu os desafios e apresentou exemplos internacionais de como enfrentá-los. Os convidados estrangeiros agregaram conhecimento e transmitiram as experiências de outros países. O objetivo foi alcançado: apontar caminhos para os profissionais e firmas de auditoria."

"A grande importância da Conferência está em ter reunido um amplo contingente de profissionais. Isso mostra o quanto o Brasil se empenha em aperfeiçoar a convergências às normas internacionais de contabilidade e auditoria. O Ibracon coloca o Brasil no mesmo nível de outras economias mais desenvolvidas ao realizar um evento de tal magnitude", avalia Giancarlo Attolini, presidente do Comitê de Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Porte da Federação Internacional de Contadores (Ifac).

Agimagem

Encontro proporcionou interação enriquecedora com palestrantes internacionais

"A Conferência do Ibracon contribui para disseminar a mensagem de que a auditoria é uma alternativa para o ganho dos clientes de pequeno e médio portes também", analisa Phil Coperthwaite, do Comitê de Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (SMPC), da Ifac, que participou do painel *Aplicação prática das novas normas de auditoria em Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP)*, coordenado por Paulo Cézar Santana, diretor de Regionais do Ibracon.

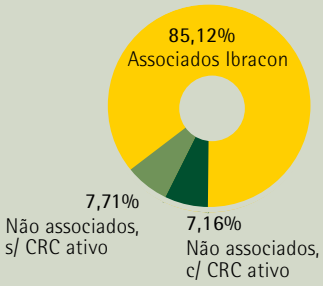
Para Ricardo Julio Rodil, do Grupo de Trabalho FAPMP do Ibracon, a Conferência proporcionou uma interação enriquecedora com os organismos e palestrantes internacionais. "Isso contribui para a implementação das normas de contabilidade e auditoria no ambiente das pequenas e médias empresas, clientes das firmas de auditoria de pequeno e médio portes", analisa.

Agimagem

Phill Coperthwaite, Ricardo Rodil e Paulo Cézar Santana

A 2ª Conferência do Ibracon contou com a presença de 350 pessoas, a maioria profissionais de mais de 100 firmas de auditoria.

Do total, 85,12% eram associados do Ibracon.



Rogério Motta, Eliseu Martins, Amaro Gomes e Edison Arisa

Amaro Luiz de Oliveira Gomes, membro do International Accounting Standards Board (Iasb), destacou a preocupação e o desejo da entidade em participar de eventos como a Conferência do Ibracon. "Os debates promovidos pelo Instituto são de excelente nivel técnico. O evento ressaltou a importância de os profissionais manterem-se antenados com as discussões levantadas pelo Iasb, dada a necessidade de as normas serem aplicadas de maneira consistente", diz Gomes.

Em sua palestra *IFRS: desafios presentes e futuros*, ele afirmou: "Para que as normas sejam aplicadas de maneira consistente, a parceria do trabalho deve envolver desde o contador até a gestão interna e todos os graus de governança da empresa, sendo que a responsabilidade do auditor é fundamental para que a adoção das IFRSs seja feita corretamente".

Os debates deste painel contaram com participação de Eliseu Martins, vice-coordenador de Operações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), Rogério Motta, membro da Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT) do Ibracon, e Edison Arisa Pereira, coordenador Técnico do CPC.

"O Ibracon, ao longo dos anos, vem oferecendo treinamento aos associados, com cursos qualificados e palestrantes capacitados. Neste sentido, a Conferência é um importante canal de atualização e formação dos profissionais", avalia Carlos Alberto Sousa, diretor de Desenvolvimento Profissional do Ibracon. Ele participou do painel *Educação continuada - mudança nas normas*, ao lado de Ana Tércia Lopes Rodrigues, coordenadora de Educação Profissional Continuada do CFC, Paulo César Raimundo Peppe, membro do GT FAPMP do Ibracon, e Nelson Pfaltzgraff, coordenador do GT FAPMP do Ibracon.

"A Conferência deu uma visão mais abrangente do mercado como um todo, abrindo a oportunidade de ampliação do conhecimento para as pequenas e médias firmas de auditoria", avalia Pfaltzgraff.

Ana Tércia chamou a atenção para a integração na atuação das áreas de fiscalização e desenvolvimento profissional do CFC, no sentido de um acompanhamento rigoroso do cumprimento das normas de Educação Continuada.

Nelson Pfaltzgraff, Carlos Sousa, Paulo Peppe e Ana Tércia Lopes Rodrigues

Eduardo Vasconcelos, diretor de Administração e Finanças do Ibracon, coordenou os debates do painel *Sistema de controle de qualidade das firmas de auditoria,* que contou a participação de Danilo Simões, membro da Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT) do Ibracon, Rogério Rokembach, coordenador do Comitê Administrador do Programa de Revisão Externa de Qualidade (CRE), e Ângela Alonso, membro do GT FAPMP. O foco dos debates foi a norma NBC PA 01 – Controle de Qualidade para Firmas (Pessoas Jurídicas e Físicas) de Auditores Independentes, em vigor desde 2010.

"Na conferência, descobrimos que o Brasil está sintonizado com os outros países. Os convidados internacionais relatam as mesmas procupações que nós. O encontro nos permite discutir os assuntos com outros profissionais que compartilham nossas dúvidas. Por isso é muito importante que os profissionais participem da Conferência do Ibracon", finalizou Ângela.

Rogério Rokembach, Ângela Alonso, Danilo Simões, Eduardo Affonso Vasconcelos e Eduardo Pocetti

Painéis e debates com convidados internacionais mostraram que o Brasil está sintonizado com o mundo

Idésio da Silva Coelho Jr., João Verner Juenemann, José Carlos Bezerra

O painel *Governança Corporativa – Comitê de Auditoria*, coordenado por Carlos Souza, diretor de Desenvolvimento Profissional do Ibracon, teve participação de José Carlos Bezerra, superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da CVM, Idésio da Silva Coelho Junior, diretor Técnico do Ibracon, e João Verner Juenemann, coordenador da Comissão de Finanças, Contabilidade e Mercado de Capitais do Instituto Brasileiro de Governança.

"A CVM tem tradição de interagir com os regulados. Neste sentido, a Conferência do Ibracon é muito importante", avalia Bezerra.

Madson Vasconcelos, Sérgio Odilon dos Anjos, Ana María Elorrieta e Verônica Souto Maior

Contabilidade e auditoria no Brasil: visão dos reguladores foi o tema do painel que teve participação de Sérgio Odilon dos Anjos, chefe do Departamento de Normas do Sistema Financeiro do Banco Central, Verônica Cunha de Souto Maior, vice-presidente Técnica do CFC, e Madson de Gusmão Vasconcelos, gerente de Normas de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Madson Vasconcelos destacou que o auditor independente e o contador devem se especializar. "Com as mudanças das IFRS e as novas normas de auditoria, a qualificação se torna ainda mais essencial para os profissionais. Neste sentido, as palestras e cursos técnicos oferecidos pelo Ibracon são muito importantes", disse.

Sérgio Odilon lembrou que a regulação excessiva pode interferir no funcionamento dos mercados, restringir inovações e imputar custos de observância significativos. Verônica Souto Maior disse que o foco, agora, é a adaptação das IFRSs para as PMEs. "A intenção do CFC é discutir a visão do regulador e o trabalho do contador, para atuarem de forma integrada. Precisamos rever nossa forma de aplicar a contabilidade após a adoção das IFRS no Brasil", salientou. Para ela, o momento exige a qualificação permanente dos profissionais. "O Ibracon está de parabéns pela preocupação em atualizar seus associados", disse. O painel foi coordenado por Ana Maria Elorrieta, do *board* da Ifac.

A despedida da presidente da CVM

Maria Helena Santana destaca o avanço na supervisão preventiva como um marco de sua gestão

A crise financeira global, que atingiu seu ápice em 2008 e ainda impacta a economia mundial, deixou importantes lições e foi um divisor de águas. Algumas premissas que norteavam a atuação dos reguladores em todo o mundo tiveram de ser abandonadas. A análise é de Maria Helena Santana, ex-presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que deixou o cargo em 14 de julho, após cinco anos à frente do órgão regulador. Antes da despedida oficial, ela realizou a palestra de abertura da 2ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente do Ibracon. E concedeu entrevista à revista *Transparência Ibracon*.

Para ela, um dos marcos de sua gestão foi o avanço na supervisão preventiva. "A crise demonstrou que o risco sistêmico não tem origem apenas em instituições financeiras, mas pode surgir ainda de produtos do mercado, sobretudo de setores que não têm supervisão de nenhum regulador; mercados privados, inclusive. E isso precisa ser monitorado, regulado, ao contrário do que se pensava."

No cenário anterior à crise imobiliária nos Estados Unidos, acreditava-se que mercados de atacado, voltados para investidores institucionais, não precisariam sequer ser regulados, porque estes investidores seriam capazes de tomar suas decisões sem tutela. "Mas a crise deixou evidente que não é exatamente assim que funciona. O poder da informação era muito valorizado. Achava-se, ingenuamente, que o investidor tomaria a decisão mais racional, desde que estivesse bem informado. Esta é mais uma das certezas que caíram por terra. E isso tem implicações práticas e de longo prazo na forma de trabalho do regulador de mercado", analisou a ex-presidente.

Sobre o avanço na supervisão preventiva, ela lembrou que, em 2007, a CVM foi autorizada pelo Conselho Monetário Nacional a adotar uma política de supervisão baseada em risco, o que permite priorizar as ações de acordo com uma avaliação quanto ao risco potencial e o impacto no mercado, caso o problema se materialize.

"Levamos em consideração estes dois coeficientes para analisar produtos, mercados e *players* e eleger as nossas prioridades. No último biênio, inclusive com a participação dos auditores independentes, conseguimos aumentar nossa capacidade de detecção de problemas antes que eles se tornassem muito grandes e, em alguns casos, até mesmo antes de acontecerem", resumiu.

Para muitos atores do mercado de capitais, Maria Helena Santana deixa sua marca como uma técnica competente, que tornou a entidade mais proativa. Essa atuação resultou em 77 instruções em sua gestão, no julgamento de mais de 270 processos administrativos sancionadores e na aplicação de R$ 1,43 bilhão em multas. Outros lembram que ela ampliou

o diálogo com o mercado e ajudou a aumentar o número de investidores na Bolsa de Valores.

Desafios do mercado

Ao analisar a evolução do mercado de capitais, a ex-presidente disse que, antes da crise global, a economia brasileira tinha regras bastante conservadoras que impediram o crescimento de riscos na maioria dos segmentos do mercado financeiro.

Por isso, a despeito da crise, o valor das companhias abertas nacionais cresceu mais que o Produto Interno Bruto (PIB). Ela citou análise do Centro de Estudos do Mercado de Capitais (Cemec), segundo a qual a taxa de crescimento dos ativos das companhias abertas também supera o crescimento do PIB. "O mercado tem financiado as atividades da economia real, porém ainda abaixo das necessidades e do potencial da nossa economia", explicou.

Segundo ela, excluindo as captações das companhias abertas por meio de distribuições privadas (e também a distribuição da Petrobrás), a captação por meio de distribuições públicas alcançou, em 2006/2010, em média, 18,3% da FBCF (Formação Bruta de Capital Fixo).

Maria Helena Santana destacou a importância da cooperação e do intercâmbio de informações entre os reguladores, dada a necessidade de supervisão do sistema como um todo.

Quanto aos desafios do mercado brasileiro, ela destacou a necessidade de acesso de empresas de menor porte ao mercado de capitais e defendeu maior atenção para o mercado secundário dos instrumentos de renda fixa (debêntures, principalmente).

"Embora tenhamos mercado de IPOs, as operações se concentram em ofertas maiores, feitas por empresas de grande e médio portes", disse. Em 2010, o valor médio das IPOs foi de US$ 620 milhões no Brasil ante US$ 70 milhões na Austrália e US$ 40 milhões no Canadá.

De qualquer forma, Maria Helena Santana avaliou que o mercado tem evoluído bem em todos os aspectos: emissões públicas, volume de negociação de ações em Bolsa, número de investidores, liquidez, diversificação de produtos, melhoria nos serviços prestados etc. "O mercado brasileiro mostra-se cada dia mais resistente às crises", concluiu.

Agimagem

Maria Helena Santana

Crescimento dos ativos das cias. abertas (em %)

Fonte: Economática / extraído da apresentação de Maria Helena Santana na 2ª Conferência do Ibracon
Nota: em Set/2010 foram consideradas as variações de setembro de 2009 a setembro de 2010 das contas patrimoniais

Comitês de auditoria ganham força no Brasil

Estudo do IBGC aponta expansão das boas práticas nas companhias, o que eleva exigência de qualificação dos auditores internos

O número de comitês de auditoria instalados nas companhias mantém um bom ritmo de crescimento: talvez um pouco lento, mas vigoroso e consistente. As pesquisas indicam que esses órgãos estão entre os mais frequentes nas empresas que contam com comitês nos conselhos de administração. Mas ainda há muito a melhorar para atingir os padrões internacionais. A recente decisão da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de estender de cinco para dez anos o prazo para o rodízio das firmas de auditoria independente desde que a companhia instale um comitê de auditoria estatutário, deverá estimular a criação desses órgãos de controle interno.

Conforme dados de pesquisa da KPMG utilizados pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e apresentados na 2ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria do Ibracon, a composição dos comitês de auditoria ainda é aquém do ideal. "Metade dos membros desses comitês não são conselheiros de administração das companhias", analisa João Verner Juenemann, coordenador da Comissão de Finanças, Contabilidade e Mercado de Capitais do IBGC, que realizou palestra sobre *Governança Corporativa – Comitês de Auditoria* na conferência.

"Com relação aos conselheiros que fazem parte desses comitês, uma proporção baixa é classificada como independente. Neste quesito, o grupo de empresas com ADRs apresentou 50% de conselheiros independentes nos comitês de auditoria, contra apenas 36% nas empresas do Novo Mercado; 33% para as empresas dos Níveis 1-2 e praticamente nenhum nas tradicionais", continua Juenemann.

O coordenador do IBGC diz que cerca de dois terços das empresas (64%) com ADRs têm comitês de auditoria. Quando somados aos conselhos fiscais com atribuições de comitê de auditoria o percentual chega a 100%, para atendimento aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley (SOX). "Em contrapartida, apenas 36% das empresas do Novo Mercado e 26% das empresas do segmento tradicional têm comitês de auditoria", afirma Juenemann.

Ferramenta de apoio

O comitê de auditoria deve ver tudo e relatar tudo o que vê. Assim Juenemann define as atribuições dos integrantes do órgão. "Cabe a eles assegurar efetiva supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras com foco nos controles internos e riscos. Além disso, também devem se certificar de que a empresa divulgue as comunicações e informações de interesse público externo e interno, mantendo rigoroso controle, centralização e análise de todos os dados", afirma.

De acordo com Juenmann, é papel do comitê de auditoria garantir ao conselho de administração o acompanhamento em detalhes de tudo o que é relevante para a empresa. As

Agimagem

João Verner Juenemann

informações referentes à companhia devem ser perfeitamente registradas. E também cabe aos comitês supervisionar e revisar os trabalhos executados pela auditoria interna ou independente. "O comitê de auditoria é uma ferramenta que auxilia, apóia e acompanha a contabilidade e as finanças das organizações. O órgão deve monitorar o processo de confecção do relatório de administração, das demonstrações financeiras e das notas explicativas, discutindo as respectivas minutas dos documentos e de outros relatórios financeiros que subsidiem as informações apresentadas", ensina Juenemann.

Dada a relevância de suas atribuições, os membros do comitê de auditoria precisam de competências bastante específicas. Além de conhecimentos adequados sobre os princípios de contabilidade geralmente aceitos, devem também ter experiência na preparação e auditoria das demonstrações financeiras, dominar as regras referentes a controles internos visando à elaboração de demonstrações.

	Tradicional	Níveis 1 e 2	Novo Mercado	ADR
N° de membros do conselho de administração	6,6	8,3	7,4	9,4
N° de reuniões do conselho de administração/ ano	7,8	7,1	6,1	7,1
N° empresas com comitê de auditoria	10	23	38	28
% de empresas com comitê de auditoria	26%	46%	36%	100%
N° de membros do comitê de auditoria	3,5	3,5	3,4	3,4
% de conselheiros independentes no comitê de auditoria	0%	33%	36%	50%

Fonte: KPMG, 2011 / extraído da apresentação do IBGC na 2ª Conferência do Ibracon

Conheça o IBGC

O IBGC, fundado em 1995, dedica-se exclusivamente ao desenvolvimento e disseminação da governança corporativa no Brasil. Para saber mais acesse www.ibgc.org.br.

Parceria

O Ibracon já finalizou o estudo que realizou visando a dar suporte técnico para o Programa de Certificação de Membros do Comitê de Auditoria do IBGC. O IBGC vai lançar uma certificação para os profissionais de comitês de auditoria com o objetivo de fornecer uma espécie de "selo de qualidade" para a atividade. O estudo foi elaborado por Carlos Matavelli, Pedro Pedreus e Walter Iório, integrantes da comissão formada pelo Ibracon para esse fim.

Confiança em alta

Profissionais do segmento ajudam o mercado a aprofundar a transparência nas divulgações de informações

Assim como a auditoria, outros segmentos do mercado brasileiro vivem um momento importante de maturidade, na esteira do esforço conjunto em prol da governança corporativa e das boas relações com os *stakeholders*.

"A maior inserção do Brasil no mercado global e a convergência aos padrões internacionais de contabilidade e auditoria criaram um caldo de cultura muito rico para o aprofundamento de pilares essenciais da transparência", analisa Eduardo Pocetti, presidente da Diretoria Nacional do Ibracon. Ele destaca, ainda, a criação do Formulário de Referência pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a relevância que os relatórios de sustentabilidade ganham no Brasil.

Nesse processo, os profissionais de relações com investidores (RIs) ganham grande destaque e assumem um papel-chave no processo de maturidade. Eles são responsáveis pela interlocução entre a empresa e o mercado e conhecem as perspectivas e expectativas que são importantes para definir e estruturar o avanço da divulgação de informações.

"Os profissionais brasileiros de RI já estão adotando as melhores práticas internacionais de disponibilização de informações, o que tornou a comunicação das empresas de capital aberto com seus investidores ainda mais transparente e confiável. Agora, todo o setor busca maneiras de aprimorar seus relatórios. Um relatório integrado adequado deve reunir

Divulgação

Eduardo Pocetti

Agimagem

Ricardo Florence

Pesquisa aponta tendências na relação com investidores

qualidades como objetividade, tempestividade, relevância e proatividade", analisa Ricardo Florence, diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI), que realizou em julho o 14º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais, em parceria com a Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca). No encontro, o IBRI apresentou a pesquisa *Qualidade das informações – transparência e integração nas divulgações das companhias abertas*, realizada pela Deloitte.

Istockphoto/Thinkstock

Segundo Florence, a pesquisa ajuda a entender as tendências e as melhores práticas no mercado mundial em relação à divulgação de informações e relações com investidores no Brasil. Em sua avaliação, o padrão segue na direção de relatórios integrados, que unem as informações numéricas, dados de sustentabilidade, riscos da empresa e governança corporativa, entre outros aspectos. "Esse modelo integrado facilita a compreensão e confere mais transparência às informações", explica Florence.

A pesquisa da Deloitte mostra que mais da metade (51%) dos profissionais responsáveis pelas áreas de RI afirmaram que os modelos dos relatórios corporativos precisam ser mais inovadores e integrados. Dessa mesma amostra, 31% responderam que as informações, embora suficientes, poderiam ser repassadas com mais qualidade. Já outros 15% apontam que o acesso precisa melhorar, enquanto apenas 5% dizem que elas são suficientes.

Em relação à qualidade da informação disponibilizada, ou seja, sua relevância e utilidade no apoio às decisões operacionais e de investimento, 67% apontaram os resultados do exercício como sendo a informação mais importante de um relatório, enquanto 62% indicaram o panorama estratégico da organização e 36%, a governança corporativa.

A criação de relatórios integrados também foi abordada na pesquisa. Proposta mundialmente pelo International Integrated Reporting Council (IIRC), 95% dos entrevistados avaliaram o modelo como positivo. A maioria (58%) informou que o relatório anual emitido já é integrado, reunindo informações relevantes sobre estratégia, governança corporativa, desempenho e perspectiva da empresa. Outros 13%, apesar de não disponibilizarem o documento nesse formato, expressaram seu interesse em implantar o modelo integrado.

O levantamento indicou ainda que os relatórios de sustentabilidade já fazem parte da realidade das companhias. Sua publicação ou de balanços sociais é realizada por 62% das empresas e 17% afirmaram que pretendem emiti-lo; já 21% responderam que não o fazem. Entre as empresas que publicam esse relatório, 79% seguem o padrão Global Reporting Initiative (GRI) e 17% adotam o modelo IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas).

A internet foi apontada como o meio mais utilizado e o mais eficiente entre as formas de comunicação dos RIs com o mercado. Os meios que apresentaram maior utilização pelas áreas de RI são: o site da companhia (64%), e-mails (62%), sites de notícias de mercado (29%) e redes sociais (26%).

Orientação

Em evento realizado no Ibracon, o Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado (Codim) emitiu o Pronunciamento de Orientação nº 13, sobre *Melhores Práticas para a elaboração e divulgação do Relatório Anual: procedimentos para preparação de Relatório Anual*, como forma de contribuir para a adoção de boas práticas de divulgação de informações, prestação de contas e Governança Corporativa.

As apresentações sobre o Pronunciamento foram feitas por Marco Antonio Muzilli, do Ibracon, Edina Biava, da Abrasca, e Geraldo Soares, coordenador do Codim e vice-presidente do Conselho de Administração do IBRI.

Agência

Marco Antonio Muzilli, Edina Biava e Geraldo Soares

Os segredos da auditoria em pequenas empresas

Entender a proporcionalidade na aplicação das ISAs e bom planejamento são primeiros passos para o sucesso

Não há dúvida de que auditar empresas de pequeno e médio portes embute desafios. Mas a prática também pode ser compensadora. "É trabalhoso no início e não há soluções infalíveis. No entanto, é um serviço de baixo risco, que proporciona um relacionamento duradouro com o cliente e traz bom retorno financeiro", garante Phil Cowperthwaite, que fala com conhecimento de causa: sua empresa, a Cowperthwaite Mehta, com sede em Toronto, no Canadá, é especializada na prestação de serviços para microempresas e entidades sem fins lucrativos.

Membro do Comitê de Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (CFAPMP) da Federação Internacional de Contadores (Ifac), ele foi um dos convidados internacionais da 2ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente do Ibracon, com a palestra *Auditando Microempresas com eficiência e eficácia: pondo as ISA para trabalhar para você e seus clientes.*

Cowperthwaite baseou sua apresentação em um modelo específico que desenvolveu para auditar pelas normas internacionais de auditoria (ISA) empresas e entidades com faturamento até R$ 2 milhões e até 10 funcionários. "As novas normas estão aí. Agora, é uma questão de usá-las a favor dos clientes. Não dá para fugir à realidade regulatória", afirmou o especialista canadense.

Ele ressaltou a importância de se estudar constantemente

Agência Imagem

Phil Cowperthwaite

as novas normas. "É possível reduzir adequadamente o risco de uma auditoria se houver um planejamento, no qual os controles estão preestabelecidos e o cliente tem ciência e entendimento deles. A mudança é nossa única constante e precisamos usá-la a nosso favor: concentre-se em melhorar retornos, a comunicação e reduzir os riscos do trabalho", aconselhou (Quadro I).

Comunicação, aliás, foi um tema recorrente em sua

Desconhecimento gera resistência por parte das pequenas e médias firmas de auditoria em adotar as ISAs para PMEs

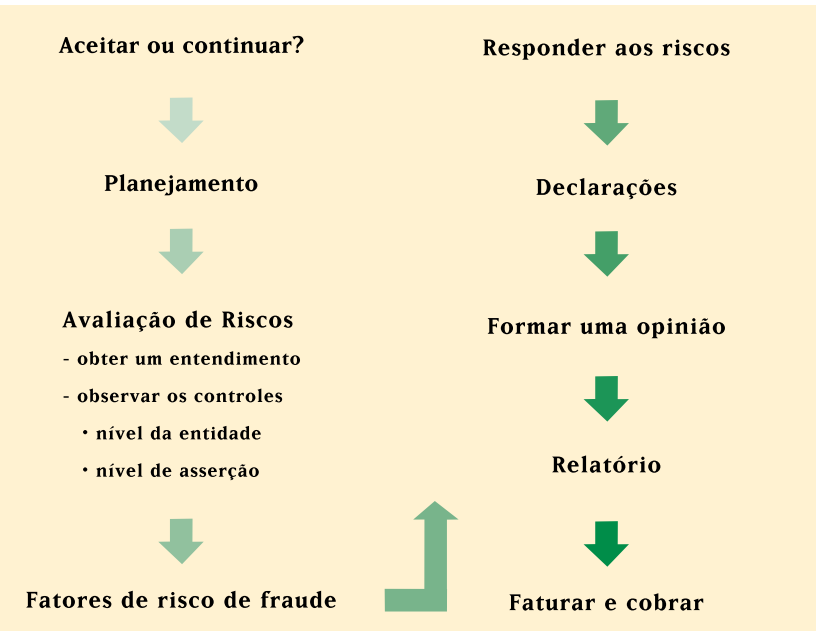
palestra. Para o canadense, boa parte dos problemas pode ser evitada se houver um maior entrosamento com o cliente e seus profissionais e com a própria equipe da auditoria. "Quando se trata de uma pequena empresa, acho essencial que a auditoria seja feita integralmente na empresa do cliente. É importante estar lá para dialogar com as pessoas. Ao final, o diálogo resulta em otimização do tempo, uma vez que impulsiona a automação de diversos arquivos de auditoria."

A fidelização do cliente é uma consequência desse tipo de trabalho. "Ao tornar-se um especialista em determinado ramo você conquista novos clientes do mesmo segmento e pode cobrar honorários mais rentáveis, menos sujeitos às variações de mercado", revela. Entre as desvantagens, Phil destaca que "o trabalho pode se tornar entediante, a menos que você seja muito criativo".

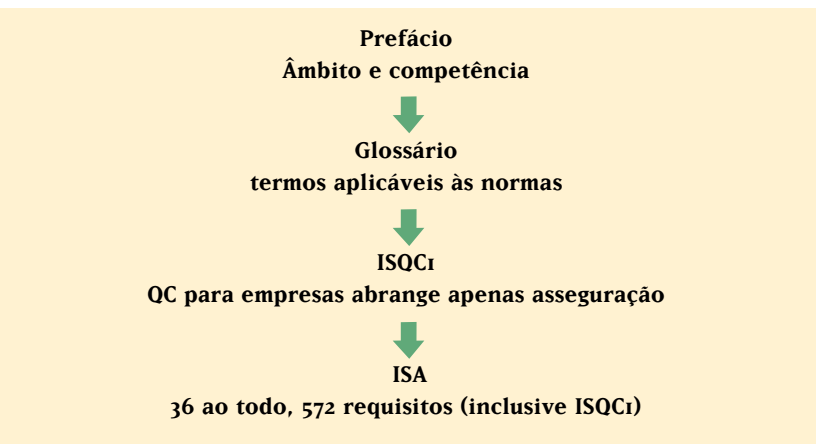
Proporcionalidade

Cowperthwaite concordou que as normas de auditoria compõem "um livro muito grande", mas lembrou da proporcionalidade na aplicação das ISAs em auditorias de pequenas e médias empresas. "É preciso saber interpretar as normas de forma correta e diferenciar o que é, de fato, necessário na auditoria de entidades menores", lembrou o integrante do CFAPMP (Quadros II e III).

Quadro I
Estrutura básica de uma auditoria ISA



Quadro II
Estrutura das ISA



Quadro III
Você só precisa cumprir:

1) As ISA relevantes (200.18)

2) Os requisitos relevantes (200.20)

Mas é preciso cumprir todos estes em cada auditoria

Fonte: quadros extraídos da palestra de Phil Cowperthwaite, 2ª Conferência Brasileira do Ibracon

Agimagem

Ele destacou que, na ISA 210, os parágrafos 6°, 9º e 10º são relevantes para todas as auditorias (Quadro IV). "Apesar disso é necessário haver um entendimento do todo. Nomeie um líder para a equipe, defina os requisitos relevantes para a sua auditoria, reserve tempo para digerir as informações e, acima de tudo, converse com seus colegas e clientes agora."

Cowperthwaite reafirmou que o ideal é encarar as ISA como ferramentas que podem ser benéficas para as firmas e para os clientes, lembrando o título de sua palestra: *Auditando microempresas com eficiência e eficácia: pondo as ISA para trabalhar para você e seus clientes.*

Segundo ele, as pequenas e microempresas têm como principais características estarem "perto do chão", ou serem menos complexas, o que facilita a comunicação. E, como pontos positivos a serem destacados na argumentação para o cliente, Cowperthwaite avalia que conta pontos lembrar que o auditor fica à disposição a maior parte do tempo; que o trabalho vai gerar comentários valiosos sobre os sistemas de controles internos da empresa, assim como sobre os "pontos de pressão" dos relatórios financeiros do cliente, o que leva a maior credibilidade das demonstrações.

O auditor ressaltou que 78 países já adotaram as normas internacionais de auditoria (ISA). E avaliou que no Brasil, assim como no Canadá, há uma certa resistência por parte das pequenas e médias firmas em seguir os padrões internacionais. Para ele, isso é fruto do desconhecimento de como estudar e aprofundar os temas. "Em muitos destes países a qualidade dos profissionais e o entendimento das regras é discutível, mas o Brasil tem excelentes auditores e contadores. Sei, por fontes confiáveis, que o trabalho está sendo bem executado por aqui. Não tenho dúvida quanto a isso", afirmou.

Quadro IV
Pontos relevantes da ISA 210 para toda auditoria de microempresa

Parágrafo 6° ➡ **Pré-condições**

Parágrafo 9° e 10° ➡ **Reconhecimento mútuo**

16 requisitos
e
apenas 3 relevantes em todas as ocasiões

Fonte: palestra de Phil Cowperthwaite, 2ª Conferência Brasileira do Ibracon

Parcerias fortalecem o Ibracon

O relacionamento institucional do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil com entidades nacionais e internacionais é fundamental para fortalecer e desenvolver a profissão. Neste aspecto, as parcerias entre as Regionais do Ibracon e os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) são muito importantes para levar a Educação Continuada ao maior número possível de cidades em cada Estado.

"A relação do Ibracon com os CRCs reflete a convivência harmoniosa estabelecida pela Nacional com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Temos todo o interesse em estreitá-la continuamente em prol da profissão e da sociedade", avalia Carlos Alberto de Sousa, diretor de Desenvolvimento Profissional da Nacional. Ele lembra que, neste ano, o Ibracon inclusive teve elevada sua participação na Comissão de Educação

Paulo Cézar Santana

Carlos Alberto de Sousa

Profissional Continuada do CFC (CEPC), que passou de um para seis profissionais na composição do órgão.

Na avaliação de Paulo Cézar Santana, diretor de Regionais da Nacional, os CRCs e o Ibracon se ajudam mutuamente na tarefa de elevar a qualificação profissional de auditores e contadores em todo o País. "Faz parte da estratégia da Nacional ampliar a presença institucional do Ibracon em todas as regiões do País bem como buscar uma maior aproximação junto aos CRCs, que são parceiros naturais e desenvolvem um importante trabalho para a classe contábil", diz Santana.

Adelino Dias Pinho, presidente da 5ª Regional, de São Paulo, também destaca a importância da parceria com o CRC-SP. "O programa é fundamental para que os profissionais permaneçam atualizados em relação às normas da profissão", diz. No Rio Grande do Sul, a 6ª Regional mantém convênio com o CRC-RS há 14 anos.

3ª Regional

Um exemplo de como as parcerias funcionam é dado por Patrício Marques Roche, presidente da 3ª Regional do Rio de Janeiro, que mantém convênios com os CRCs do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, oferecendo descontos de 25% no valor das inscrições aos profissionais registrados nas duas entidades em todos os cursos ministrados.

Patrício Marques Roche

Confira a grade completa dos cursos oferecidos no seu Estado consultando a programação das Seções Regionais. Acesse o Portal Ibracon: www.ibracon.com.br.

Istockphoto/Thinkstock

Viagem dos sonhos

Prêmio Transparência Ibracon supera expectativas e é elogiado por promover intercâmbio de informações entre jornalistas e acadêmicos do Brasil e dos Estados Unidos

Cinco dias em Nova York, com tudo pago e um roteiro que alternou visitas técnicas de alto nível e tempo livre para passeios descontraídos na *Big Apple*. Uma oportunidade exclusiva de aliar conhecimento profissional e cultural. Assim foi a viagem realizada pelos ganhadores da primeira edição do Prêmio Transparência Ibracon, lançado em 2011.

Para Maristela Girotto e Yuki Yokoi, vencedoras do Prêmio Transparência de Jornalismo, foi enriquecedor conhecer o *The Wall Street Journal* e as áreas de Comunicação da Federação Internacional dos Contadores (Ifac) e do Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados (AICPA).

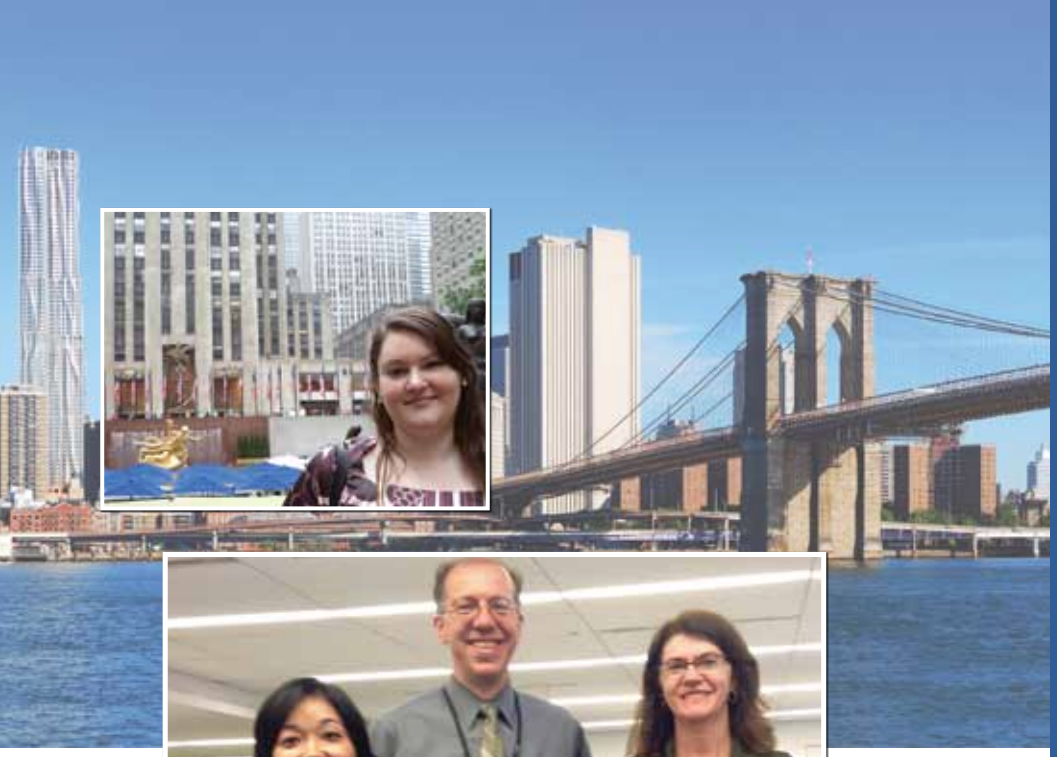
Maria Luísa Sampaio de Sousa Sanabio Pereira e seu professor, Adalberto Gonçalves Pereira, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, vencedores do Prêmio Transparência Universitário, visitaram, além do AICPA, uma firma de auditoria e as Universidades de Nova Jersey e de Connecticut. Para o professor, a experiência ganhou em importância ao permitir o intercâmbio de informações sobre o ensino e a aplicação da contabilidade. "Cumprimento o Ibracon pelo incentivo dado à realização de pesquisas acadêmicas, em nível de graduação, para os cursos de Ciências Contábeis, nacionalmente. Faço votos que o Prêmio Universitário seja mantido e, se possível, ampliado", diz.

"Ganhar um prêmio como esse dá um novo impulso à carreira. Dá vontade de trabalhar ainda mais", garante Maristela, que venceu na categoria Jornalismo da região Centro-Oeste com a reportagem *Brasil começa a adotar o IFRS na contabilidade de PMEs*, publicada na *Revista Brasileira de Contabilidade*, do Conselho Federal de Contabilidade. Para ela, o prêmio também soma pontos no currículo, dado que o Ibracon é uma entidade reconhecida e muito respeitada. "Agradeço ao Ibracon por essa oportunidade tão importante", finaliza a jornalista.

"Logística preparada pelo Ibracon foi irretocável"

Yuki Yokoi venceu na categoria região Sudeste com a matéria *Parece, mas não é*, publicada na *Revista Capital Aberto*. "A iniciativa do Ibracon é uma grande oportunidade de reconhecimento do trabalho dos jornalistas. Por ser uma área muito técnica, contamos com ajuda das fontes, que sempre estão muito disponíveis", explica Yuki.

Na Ifac, as jornalistas foram recebidas por Laura Wilker e Diane Bruno, respectivamente diretora e gerente de Comunicação. No AICPA, elas se encontraram com Dina Lavaia, gerente da área Internacional, e Jonathan B. Cox, gerente sênior de Relações com a Mídia. No *The Wall Street*



Acima, Maria Luísa no Rockefeller Center. Ao lado, Yuki e Maristela com Paulo Trevisani, na redação do *The Walll Street Journal*

Journal, foram recebidas por Paulo Trevisani, responsável pela edição brasileira, que apresentou a redação e as instalações de um dos mais importantes jornais do mundo.

Maria Luísa venceu o Transparência Universitário com o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) *Teste de Recuperabilidade de ativos: análise de conformidade com os requisitos de divulgação da IAS36 e do CPC 01 (R1)*. Ela e o professor Gonçalves Pereira também foram recebidos por Dina Lavaia, na sede do AICPA, e assistiram a apresentações das áreas de Comunicações e de Relações Internacionais da entidade. Esta última abordou a prática recente de realizar exames para certificação CPA em outros países, como já ocorre no Brasil, por meio de convênio com o CFC. Eles também almoçaram com Craig N. Mills, vice-presidente de Educação Continuada do AICPA.

No tempo livre, todos puderam conhecer Nova York, desde a Estátua da Liberdade e o Central Park, até o Empire State Building e a Times Square. "Foi emocionante ver toda a cidade do alto do Rockefeller Center", recorda Maristela. Yuki ficou encantada com o Museu de Arte Moderna, o MoMa, que visitou duas vezes. "Também aproveitei para me integrar à vida nova-iorquina andando de metrô", conta.

Maria Luísa fez questão de conhecer a Catedral de St. Patrick e a Organização das Nações Unidas (ONU). "Uma viagem como essa não tem preço", diz. O professor Gonçalves Pereira aproveitou para assistir a um concerto, no Carnegie Hall. "A logística preparada pelo Ibracon para deslocamentos, recepção, informação e desenvolvimento foi irretocável. E elogiável", conclui o professor. A viagem, organizada pelo Ibracon com apoio da AICPA, da Ifac e do *The Walll Street Journal*, foi acompanhada por Marco Aurelio Fuchida, superintendente do Ibracon.

Você pode ser o próximo

As inscrições para a segunda edição dos Prêmios Transparência estão abertas até dia 31 de outubro, tendo como tema A *importância da Auditoria Independente para o Mercado de Capitais*. Os vencedores do Prêmio de Jornalismo ganharão uma viagem de cinco dias a Nova York, com visita à redação do *The Wall Street Journal* e à Ifac. Podem ser inscritas matérias publicadas entre 1º de janeiro de 2011 e 31 de outubro de 2012.

O autor do trabalho vencedor no Prêmio Universitário e seu professor orientador também ganharão viagem de cinco dias a Nova York com uma visita ao AICPA e a uma universidade que mantenha cursos de Ciências Contábeis. O Transparência Universitário é destinado a alunos de cursos de bacharelado em Ciências Contábeis regularmente registrados no Ministério da Educação e Cultura, cujos cursos estejam reconhecidos ou em fase de reconhecimento.

Mais informações sobre os prêmios e seus regulamentos estão disponíveis no Portal do Ibracon, www.ibracon.com.br

Visita ao AICPA: Adalberto Pereira, Gordon Cjerry, Marco Aurelio Fuchida, Maria Luísa e Dina Lavaia

Ibracon lança o livro *IFRS 2012*

Publicação compila as mais recentes alterações e revisões nas normas convergidas

O livro *IFRS 2012* está pronto. A nova edição incorpora as mudanças realizadas desde 2011 nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro. A exemplo das versões anteriores, produzidas em inglês pela Fundação IFRS, esta também foi traduzida e revisada pelo Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

"A edição 2012 tem uma seção intitulada *Mudanças nesta Edição*, que é um guia resumido das alterações promovidas nas normas internacionais desde a publicação da edição de 2011 do volume encadernado das normas de relatório financeiro internacional, o *Livro Vermelho*", explica Plínio Biscalchin, assessor técnico do Ibracon. "Os leitores que buscam as IFRSs com data de vigência posterior a 1º de janeiro de 2012 encontram o texto consolidado em um volume único, o *Livro Azul*", acrescenta Biscalchin.

Com dois volumes que totalizam 3.200 páginas, o livro chega ao mercado em versões impressa e eletrônica. Ao contrário das edições anteriores, o *e-book* não será comercializado em suporte físico (DVD), mas por meio de um *link* para *download*.

O glossário do livro foi revisado e a publicação ganhou uma tabela de referência (Tabela de IFRS) no fim do *Livro Vermelho*, que relaciona as IFRS publicadas antes de 1º de janeiro de 2012.

O livro traz as novas normas emitidas em 2011, ou seja, as IFRS 10, 11, 12 e 13; a interpretação IFRIC 20; sete normas revisadas IFRS 7 e 9 e IASs 1, 12, 19, 27 e 28; as alterações às IFRS que foram emitidas como documentos separados e as alterações a outras IFRS resultantes dessas normas alteradas.

Novas normas

Em maio de 2011, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (Iasb, em inglês) emitiu as seguintes normas, aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, e cuja aplicação antecipada é permitida:

- IFRS 10 (Demonstrações Financeiras Consolidadas), que substitui a IAS 27 (Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas) e a SIC-12 (Consolidação - Entidades de Propósitos Específicos)
- IFRS 11 (Negócios em Conjunto), que substitui a IAS 31 (Participações em Empreendimentos em Conjunto) e a SIC-13 (Entidades Controladas em Conjunto – Contribuições Não Monetárias dos Investidores)
- IFRS 12 (Divulgação de Participações em Outras Entidades), que se aplica a entidades que têm participação

Plínio Biscalchin

em uma subsidiária, um negócio em conjunto, uma coligada e uma entidade estruturada não consolidada

• IFRS 13 – (Mensuração do Valor Justo), que define valor justo, estabelece uma estrutura para mensuração do valor justo e requer divulgações sobre a mensuração do valor justo

• IFRIC 20 – (Custos de Decapagem na Fase de Produção de uma Mina de Superfície), emitida em outubro de 2011, que esclarece como uma entidade aloca os custos de decapagem em que incorre durante a fase de produção de uma mina de superfície entre estoques e outros ativos, bem como o período ao longo do qual deve amortizar quaisquer custos de decapagem capitalizados

Normas revisadas

• Norma revisada IAS 27 (Demonstrações Financeiras Separadas) que, juntamente com a IFRS 10 e a IFRS 12, substitui a IAS 27 (Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, tal como alterada em 2008). Ela deve ser aplicada para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação antecipada é permitida

• Norma revisada IAS 28 (Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto – *joint ventures*), que prescreve a contabilização de investimentos em coligadas e define os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas e empreendimentos em conjunto. Ela deve ser aplicada para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação antecipada é permitida

Normas alteradas

O livro *IFRS 2012* também contempla as alterações às IFRS emitidas como documentos separados, tal como seguem:

• Alterações à IFRS 7 (Divulgações, Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros), emitida em dezembro de 2011. Essas alterações exigem que as entidades divulguem informações de modo que os usuários de suas demonstrações financeiras sejam capazes de avaliar o efeito ou potencial efeito de acordos de liquidação e acordos similares sobre a posição financeira da entidade. Ela deve ser aplicada para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação antecipada é permitida

• Alterações à IFRS 9 (Data de Vigência Obrigatória e Divulgações de Transição, alterações à IFRS 9 e à IFRS 7), emitida em dezembro de 2011. As alterações requerem que a IFRS 9 seja aplicada para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015, e devem ser aplicadas quando a IFRS 9 é aplicada pela primeira vez. A aplicação antecipada da IFRS 9 é permitida. Essas alterações à IFRS 9 modificam a isenção de reapresentar períodos anteriores e também incluem divulgações de transição à IFRS 7 que devem ser aplicadas quando a IFRS 9 é aplicada pela primeira vez

• Alterações à IAS 1 (Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes), emitida em junho de 2011. A alteração deve ser aplicada para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2012. A aplicação antecipada é permitida

• Alterações à IAS 19 (Benefícios aos Empregados), emitida em junho de 2011. Ela prescreve a contabilização e divulgação, por empregadores, de benefícios aos empregados e é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação antecipada é permitida

• Alterações à IAS 32 (Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros), emitida em dezembro de 2011. As alterações esclarecem a) o significado de "atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar"; e b) que alguns sistemas de liquidação pelo valor bruto seriam considerados equivalentes a liquidação pelo valor líquido se eliminarem ou resultarem em risco insignificante de crédito e de liquidez e processarem contas a receber e contas a pagar em um único processo ou ciclo de liquidação. A alteração deve ser aplicada para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A aplicação antecipada é permitida

Lançamento no Portal

O Livro IFRS 2012 estará disponível nas versões impressa e eletrônica no Portal do Ibracon a partir de outubro.

pingos e respingos

Prerrogativas 1

O Ibracon participa ativamente dos debates sobre a inviolabilidade dos escritórios e do sigilo dos profissionais, assim como dos limites para a responsabilização dos auditores independentes frente à Lei n° 12.683/2012. A lei alcança os profissionais e as firmas ao determinar que as pessoas físicas ou jurídicas que prestem, mesmo que eventualmente, serviços de assessoria, consultoria, contadoria, auditoria e assistência enviem informações sobre operações "suspeitas" ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

Prerrogativas 2

Ao lado do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Ibracon integra a Comissão de Defesa dos Direitos e Prerrogativas do Profissional Contábil criada pela Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis (Fenacon). Juntas, as entidades discutiram suas preocupações com o presidente do Coaf, Antônio Gustavo Rodrigues. O encontro, realizado no início de agosto, decidiu caberá ao CFC normatizar como se darão as comunicações obrigatórias ao Coaf. A Comissão de Prerrogativas vai estabelecer os parâmetros da prestação dessas informações com eficácia e qualidade. "O CFC e o Coaf deverão celebrar um convênio para suportar os trabalhos que serão desenvolvidos para a regulamentação da lei", explica o presidente Eduardo Pocetti.

Prerrogativas, 3

Em julho, um mês antes do encontro com o presidente do Coaf, o Ibracon participou de reunião com a Comissão Nacional de Defesa das Prerrogativas e Valorização da Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), na sede da OAB Nacional, em Brasília. O encontro debateu formas de acesso ao local de trabalho dos contabilistas e contadores quando do cumprimento de mandados de busca e apreensão de arquivos e dados contábeis de clientes em operações da Polícia Federal e de polícias estaduais. "A parceria com a OAB é muito importante, já que o objetivo das entidades é assegurar os direitos fundamentais dos profissionais envolvidos, bem como buscar a defesa da prerrogativa da profissão", explica Pocetti. A reunião debateu formas de evitar a devassa de arquivos que não dizem respeito aos investigados quando do acesso por policiais às sedes de empresas contábeis.

Sindcont

Ana María Elorrieta, ex-presidente da Diretoria Nacional do Ibracon, foi homenageada com o título de Contabilista Emérita 2012 na festa do 93° aniversário do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo (Sindcont-SP), comemorado em 19 de julho. Ela é a primeira mulher a integrar a galeria de honra da entidade. A homenagem foi entregue pelo presidente do Sindicato, Victor Domingos Galloro.

Adelino Dias Pinho, presidente da 5ª Seção Regional do Ibracon, representou o presidente da Nacional, Eduardo Pocetti.

CVM 1

O presidente do Ibracon, Eduardo Pocetti, se reuniu com o presidente interino da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Otávio Yazbek. Eles discutiram ações visando a ampliar o relacionamento institucional entre as entidades, principalmente entre suas diretorias. "A posição do Ibracon é de alinhamento com a CVM no desenvolvimento das atividades. A interação com o órgão regulador é de extrema importância para a profissão e para o mercado em que atuamos", disse Pocetti, que esteve na sede da CVM acompanhado de Marco Aurelio Fuchida, superintendente do Ibracon.

Banco Mundial

Representantes do Banco Mundial visitaram o Ibracon em junho, encerrando uma rodada de reuniões com reguladores, firmas de auditoria e instituições acadêmicas para discussão de temas relativos ao Relatório de Observância de Normas e Códigos (Rosc).

O presidente da Nacional, Eduardo Pocetti, recebeu os representantes do Rosc/Brasil: Muhammad Zubaidur Rahman, gerente do Programa de Contabilidade e Auditoria; Ana Maria de Sá Figueiredo Pimenta Monteiro, consultora; Susana Amaral e Joseph Kizito, especialistas do Banco Mundial.

O principal objetivo do Rosc é auxiliar o governo a fortalecer as práticas de contabilidade e auditoria do setor privado e aumentar a transparência financeira no setor corporativo brasileiro. Para mais informações acesse os www.worldbank.org/ifa/rosc.html e www.worldbank.org/ifa/rosc_aa_bra_por.pdf.

Participaram da renião o diretor Técnico da Nacional, Idésio da Silva Coelho Júnior, e o superintendente Marco Aurelio Fuchida.

CVM 2

Eduardo Pocetti prestigiou a solenidade de posse de Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes na diretoria da (CVM), na vaga de Alexsandro Broedel, que deixou a entidade no final do ano passado.

Marco Aurelio Fuchida, Otávio Yazbek e Eduardo Pocetti

Academia de Contabilidade

Reinaugurada em dezembro do ano passado, a Academia Paulista de Contabilidade (APC) deu posse, em agosto, aos seus 25 acadêmicos. Irineu de Mula, ex-presidente do Ibracon, assumiu a Presidência da APC. A sessão solene aconteceu no auditório da Fundação Escola de Comércio Alvares Penteado (Fecap), que comemorava 110 anos de fundação.

Na foto, o acadêmico Luiz Fernando Nóbrega, presidente do CRC-SP (1º à esq.) acompanhado de Francisco A. Feijó, presidente da CNPL; Adelino Dias Pinho, presidente da 5ª Regional do Ibracon, representando o presidente Eduardo Pocetti; e Sérgio Prado de Melo, vice-presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina do CFC.

Ibracon prestigia o 19º Congresso Brasileiro de Contabilidade

Reunindo cinco mil profissionais, estudantes e líderes do segmento, o 19º Congresso Brasileiro de Contabilidade proporcionou debates de alto nível sobre temas relevantes para os contadores. O presidente do Ibracon, Eduardo Pocetti, que integrou a mesa da abertura solene do evento, elogiou os congressos promovidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). "Eles já se tornaram um marco da profissão, porque criam oportunidades únicas para a troca de ideias e experiências em um palco de debates sobre procedimentos, técnicas, evolução e atualização de conhecimentos e realidade global".

O Ibracon trabalhou para que a participação no Congresso fosse muito especial. E conseguiu. O Instituto marcou presença no encontro com um estande que foi muito visitado. O Ibracon sorteou Livros IFRS e distribuiu exemplares da revista *Transparência Ibracon*, para que os visitantes conhecessem um pouco mais o trabalho em prol do desenvolvimento da contabilidade e da auditoria independente. Mais de 80% dos visitantes do estande afirmaram que já conheciam o Ibracon.

Pocetti cumprimenta o ex-presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, convidado especial do Congresso, cujo tema era *Contabilidade para o Desenvolvimento Sustentável*. "Personagem de destaque no cenário global da sustentabilidade, Clinton falou sobre a interdependência das economias e os desafios da globalização, principalmente o de manter o crescimento sem perder o foco do desenvolvimento sustentável", explica Pocetti.

MAIS DE 40 ANOS A SERVIÇO DA AUDITORIA E CONTABILIDADE

SEJA UM ASSOCIADO

Faça parte do Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
Veja algumas vantagens:

- Recebimento de informações técnicas atualizadas
- Fortalecimento e valorização da profissão
- Possibilidade de participação em Fóruns e Grupos de Trabalhos
- Participação, em condições diferenciadas, nos cursos de Educação Continuada, possibilitando a permanente atualização e excelência profissional
- Participação em conferências e palestras com temas de amplo interesse da profissão
- Acesso a conteúdo exclusivo no portal Ibracon

Consulte sua Seção Regional
www.ibracon.com.br

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

Tributação dos lucros no exterior prejudica empresas

Maurício Pereira Faro*

A discussão acerca da tributação dos lucros auferidos no exterior por sociedades controladas e coligadas é tema relevante no cenário de desenvolvimento econômico brasileiro, uma vez que atinge diversas empresas sediadas no País que possuem investimentos em sociedades estrangeiras caracterizando relação de controle e/ou coligação.

A Controlled Foreign Corporations (CFC) é o modelo de tributação adotado por alguns países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) visando a prevenir abusos, sem coibir, contudo, a competitividade das empresas que investem no exterior, além de impedir o diferimento e o não-pagamento dos tributos sobre a renda no momento de sua apuração.

No Direito brasileiro a referida tributação era tratada pela Lei 9.532, de 1997, que, de forma acertada, condicionou o pagamento do tributo à ocorrência de efetiva disponibilização jurídica e econômica da receita.

Todavia, a sistemática sofreu profunda alteração com a edição da Medida Provisória 2.158-35, de 2001, que, no artigo 74, estabeleceu a tributação das empresas coligadas e controladas, quando da apuração de seus resultados, independentemente de sua disponibilização jurídica e econômica.

Deve-se destacar, ainda, que a Lei Complementar 104/2001, que inseriu o parágrafo 2º no artigo 43 do Código Tributário Nacional (CTN), estabeleceu que o lucro deve ser tributado, com Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Imposto de Renda, no momento em que é auferido no Brasil, independentemente de ter sido distribuído aos sócios.

Dessa forma, aplicando-se a norma vigente, mesmo que a subsidiária estrangeira reinvista seus lucros nas próprias atividades no exterior, a investidora brasileira precisará pagar, no Brasil, Imposto de Renda Pessoa Jurídica e CSLL sobre o lucro da referida subsidiária no exterior, à alíquota conjunta de 34%.

Em razão dos prejuízos gerados às empresas pelo texto contido no artigo 74 da MP 2.158-35, muitos contribuintes suscitaram a inconstitucionalidade do mesmo, haja vista que viola os princípios da irretroatividade, anterioridade e vedação ao confisco, desconsidera a personalidade jurídica das coligadas e controladas, propondo a tributação diretamente sobre o patrimônio.

É necessário registrar, também, que a legislação brasileira criou um modelo que se afasta do adotado nos países com regras de tributação internacional, tendo em vista que, nestes, esse tipo de regra é aplicável *em caráter excepcional*, ou seja, apenas quando o investimento tem certas características, como, por exemplo, se a coligada ou controlada é domiciliada em "paraíso fiscal" e/ou o lucro por ela auferido decorre de atividades que podem ser transferidas com facilidade, tais como juros ou *royalties* – "rendimentos passivos".

Dessa forma, nos demais países, esse tipo de regra de tributação é aplicável excepcionalmente, apenas em situações que apresentem pelo menos algum indício de que houve uma "transferência indevida" de renda tributável do país da investidora para o exterior.

Portanto, o instituto da tributação dos lucros das controladas e coligadas estrangeiras, no Brasil, mostra-se prejudicial à competitividade internacional das empresas do país, uma vez que estas são obrigadas a desembolsar caixa, para pagar tributos, antes da deliberação de dividendos pela subsidiária no exterior, e antes mesmo de haver certeza se, um dia, aquele lucro será distribuído.

André Maceira

Objetivando discutir a constitucionalidade do tema é que a Confederação Nacional da Indústria ajuizou a Ação Direta de Inconstitucionalidade 2.588, na qual pretende ver declarada a inconstitucionalidade do artigo 74, bem como do parágrafo 2º do artigo 43 do CTN, incluído pela Lei Complementar 104, de 2001.

No referido julgamento, para afastar os conceitos definidos pela medida provisória, parte dos ministros do Supremo Tribunal Federal adotou a linha de interpretação de que o método de equivalência patrimonial (avaliação de investimentos considerando o valor patrimonial proporcional) poderia ser utilizado como justificativa para se tributar o lucro antes de distribuído.

Ocorre que essa linha de interpretação, com o devido respeito, contém falhas graves, como por exemplo:

(i) A equivalência patrimonial reflete, como regra geral, todas as movimentações no patrimônio líquido da sociedade investida e não somente aquelas movimentações decorrentes de lucros. Pode ser o caso de um aporte de capital efetuado por um investidor estratégico, ou da própria variação cambial da moeda estrangeira frente ao real, que não é tributável;

(ii) Além disso, mesmo nos casos de investimentos no exterior, a equivalência patrimonial não tem efeitos fiscais no Brasil, sendo neutralizada na apuração do lucro real e base de cálculo da CSLL. É o lucro da subsidiária estrangeira que é incluído diretamente no lucro real e base de cálculo da CSLL.

Nesse sentido, é necessário esclarecer que o método de equivalência patrimonial não confere ao investidor direito aos lucros das pessoas jurídicas que os tenham gerado, tanto pelo fato de estes estarem sob a regência da lei estrangeira e do estatuto da sociedade que o tiver gerado, quanto pela ideia de que, enquanto não distribuídos, segundo a lei e o estatuto que os regem, pertencem àquelas pessoas no exterior e somente passam para seus sócios ou acionistas no momento estabelecido na sua lei de regência.

Após dez anos do início do julgamento da ADIN, o STF entendeu por bem suspender o referido julgamento, que já contava com o voto de nove ministros e reconheceu a repercussão geral do Recurso Extraordinário 611.586, interposto pela Coamo Agroindustrial Cooperativa.

O fundamento adotado pelo ministro relator do caso no STF para reconhecer a repercussão geral foi de que a controvérsia lida com dois valores constitucionais relevantíssimos. De um lado, há a adoção mundialmente difundida da tributação em bases universais, aliada à necessidade de se conferir meios efetivos de apuração e cobrança à administração tributária. Em contraponto, a Constituição impõe o respeito ao fato jurídico tributário do Imposto de Renda, em garantia que não pode ser simplesmente mitigada por presunções ou ficções legais inconsistentes.

Registrou ainda o ministro relator que é imprescindível contextualizar a tributação quanto aos seus efeitos sobre a competitividade das empresas nacionais no cenário internacional, à luz do princípio do fomento às atividades econômicas lucrativas geradoras de empregos e de divisas (artigo 3º, inciso II; artigo 4º, inciso IX, e parágrafo único; e artigo 170, incisos I, III, IV, VII e VIII da Constituição).

A renovação da discussão no mencionado recurso extraordinário pode trazer um novo cenário para o julgamento da matéria porque na Adin faltava apenas o voto de um ministro e já haviam sido proferidos quatro votos desfavoráveis, um voto de parcialmente favorável e três votos favoráveis.

Em face da repercussão geral reconhecida e considerando a substancial mudança na composição da Corte Suprema, sobretudo entre os ministros que haviam votado pela constitucionalidade do dispositivo, é grande a expectativa dos contribuintes por um desfecho favorável ao julgamento, sobretudo ante a patente perda de competitividade internacional das empresas brasileiras do mercado internacional em decorrência da sistemática atualmente vigente.

**** Maurício Pereira Faro é advogado tributarista no escritório BM&A - Barbosa, Müssnich & Aragão, mestre em Direito pela UGF/RJ, titular do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e professor de pós-graduação em Direito Tributário da FGV/RJ, Universidade Cândido Mendes e Universidade Federal Fluminense.***

Geração MBA

Luciano De Biasi é um exemplo completo de como o perfil dinâmico dos jovens auditores casa à perfeição com a nova cultura trazida pelas normas internacionais

A contabilidade está no sangue de Luciano De Biasi, de 41 anos, sócio-diretor da empresa fundada pelo pai, Arthur De Biasi. Filho de pai e mãe contadores, ele cresceu cercado de tios e primos que atuam na área contábil. Não bastassem os exemplos familiares, o teste vocacional que fez antes de escolher o curso superior foi certeiro: seus talentos apontavam para economia, administração e contabilidade.

A carreira de Luciano ajuda a traçar um período efervescente da contabilidade e auditoria no Brasil. Também mostra a força das firmas de auditoria de pequeno e médio portes, que dão suporte ao vigoroso desenvolvimento de muitas cidades brasileiras, fora das capitais.

O perfil empreendedor da nova geração e o rápido crescimento da firma espelham uma nova cultura, impulsionada pelo desenvolvimento econômico e pela globalização, associados ao aperfeiçoamento do ambiente regulatório nacional que reforça as boas práticas de governança corporativa e demanda o apoio das firmas de consultoria e auditoria. Gradativamente, a profissão adquire um novo status. O auditor é um profissional que tem sua relevância reconhecida na sociedade.

É nesse contexto que as firmas de auditoria de pequeno e médio portes (FAPMP) encontram espaço para crescer. E o desenvolvimento da carreira de Luciano espelha um esforço de aprendizado, treinamento e educação continuada.

Formação qualificada

A carreira de Luciano reflete a evolução da firma fundada por Arthur de Biasi em sociedade com Enio De Biasi, primo de Luciano, em 1990. Aposentado como agente fiscal da Receita Federal, Arthur imprimiu sua marca à empresa conferindo-lhe uma forte base de consultoria tributária.

Recém-formado em Ciências Contábeis, pela Universidade de São Paulo (USP), Luciano entrou na firma como auditor assistente, em 1993. Antes de assumir maiores responsabilidades, ele julgou importante investir em especialização e em uma experiência internacional. "Me afastei da firma em 2001 e fui morar nos Estados Unidos, para aprender inglês de verdade. Fiz um MBA em Finanças, de 2002 a 2004, na Western Washington University, uma faculdade de negócios e economia. Foi a melhor experiência da minha vida", diz.

Com a bagagem cultural e profissional bem abastecida, Luciano decidiu que era hora de se dedicar à empresa: tornou-se sócio em 2004, mas ainda voltado para a área

Ed Guimarães

tributária. "Apenas em 2008, com a convergência do Brasil às normas internacionais de contabilidade (IFRS) e de auditoria (ISA), assumi a área de auditoria", lembra Luciano.

Mesmo com o intenso trabalho do Ibracon, que traduz e revisa as normas internacionais, o inglês é fundamental para os profissionais da área. "Ele confere uma vantagem estratégica à carreira e ao exercício da auditoria e da contabilidade. A literatura estrangeira agrega valor ao nosso conhecimento", afirma.

Agora, Luciano realiza um novo investimento em sua educação: está prestes a concluir o mestrado em Ciências Contábeis iniciado no ano passado na Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, em São Paulo. "Quando entrei na firma, a equipe contava com seis colaboradores e o enfoque da empresa era predominantemente tributário. Em 20 anos, formamos um quadro de mais de 70 colaboradores e 10 sócios. Preciso estar sempre me atualizando para poder acompanhar e contribuir com esse crescimento", conta.

Com um MBA na bagagem, Luciano conclui neste ano o mestrado em Ciências Contábeis

Segundo ele, as empresas de médio porte têm vantagens estratégicas importantes: podem se colocar mais próximas dos clientes e prestar serviços dedicados, o que transmite muito mais segurança e qualidade. "A qualidade é um diferencial de peso. As firmas devem investir e valorizar o capital humano, não apenas com planos de carreira e benefícios, mas também criando boas condições de trabalho e reconhecendo o bom desempenho", ensina. Para ele, foi assim que a sua firma cresceu e, além da sede em São José dos Campos, tem escritórios na capital de São Paulo e em Itajaí (Santa Catarina).

GT do Ibracon

Luciano integrou o Grupo de Trabalho das Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (GT FAPMP) durante oito meses. "Foi enriquecedor dividir minha experiência e colher o conhecimento dos demais membros do GT", diz.

Outro tema que Luciano julga relevante na profissão é a carência de pessoal qualificado e de *trainees* para as firmas, particularmente em um cenário econômico que demanda cada vez mais profissionais. "O número de estudantes

Ed Guimarães

Sócio participou do GT de Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes

de ciências contábeis diminui ano a ano. E vai piorar com a extinção do curso técnico de contabilidade", analisa. Para ele, o esforço do Ibracon em difundir na sociedade a importância do papel do auditor é fundamental. "A profissão precisa atrair o público jovem, em particular os adolescentes que começam a pensar no curso universitário que vão seguir. Ao contrário da medicina, da advocacia e da engenharia, a contabilidade não é uma profissão conhecida entre os jovens. Precisamos torná-la mais transparente e clara, mostrando que cresce ano a ano a valorização profissional e salarial da classe."

Luciano reconhece que a profissão é árdua e exige muita dedicação. Mas afirma que o ambiente da auditoria é muito enriquecedor. "Na prática da auditoria, ficamos conhecendo mais aprofundadamente os negócios de clientes dos mais diversos ramos de atividades. O profissional dedicado sobe rapidamente e conquista espaço no mercado, particularmente agora, com a atual carência de pessoal", conclui. Para ele, não há 'pós-graduação' melhor para um estudante ou recém-formado do que ingressar em uma firma de auditoria.

JORNALISTAS

O Ibracon quer levar vocês a Nova York

Prêmio Transparência de Jornalismo 2012

- Envie sua matéria até 31/10/2012.
- O vencedor de cada categoria ganhará uma viagem cultural com duração de cinco dias a Nova York, para uma visita à redação do Wall Street Journal e à Federação Internacional dos Contadores (IFAC).

INSCRIÇÕES E REGULAMENTO:
www.ibracon.com.br/jornalismo

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

Nacional
Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
Rua Maestro Cardim, 1170, 9º andar
01323-001, Bela Vista, São Paulo, SP
Fone/Fax: 55 (11) 3372-1223
www.ibracon.com.br

Seções Regionais

1ª Seção
Rua Carlos Vasconcelos, 1777
60115-170, Fortaleza, CE
Fone/fax: (85) 3065-1099
ibraconprimeira@yahoo.com.br

2ª Seção
Rua José Aderval Chaves, 78, sl. 405
51111-030, Recife, PE
Fone: (81) 3327-1174/ (81) 3327-1175
ibraconsegunda@smartsat.com.br

3ª Seção
Av. Passos, 101, cj 504
20051-040, Rio de Janeiro, RJ
Fone/Fax: (21) 2233-5833,
(21) 2233-5917, (21) 2233-5357
ibraconterceira@ibraconterceira.com.br
www.ibraconterceira.com.br

4ª Seção
Rua Santa Catarina, 1630, sl. 104/105
30170-081, Belo Horizonte, MG
Fone: (31) 3275-3070
ibraconquarta@ibracon.com.br

5ª Seção
Rua Maestro Cardim, 1170,
8º e 9º andares
01323-001, São Paulo, SP
Fone: (11) 3372-1223
ibraconquinta@ibracon.com.br
www.ibracon.com.br

6ª Seção
Rua dos Andradas, 718, cj. 402
90020-004, Porto Alegre, RS
Fone: (51) 3228-3140
ibraconsexta@ibraconsexta.com.br
www.ibraconsexta.com.br

9ª Seção
Rua Methódio Coelho, 91
Ed. Prado Empresarial, sl. 607
40279-120, Salvador, BA
Fone: (71) 3353-2126
ibraconnona@ibracon.com.br